

Everaldo
410001P

7.3

NOAM CHOMSKY

**CONTENDO
A DEMOCRACIA**

Tradução de
VERA RIBEIRO

EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO
2003

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Síndacato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Chomsky, Noam, 1928-

C474c Contendo a democracia / Noam Chomsky;
tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro:
Record, 2003.

Tradução de: Detering democracy
ISBN 85-01-06097-6

1. Estados Unidos – Relações exteriores –
1989-1993. I. Título.

02-1390 CDD – 327.73
 CDU – 327(73)

Título original em inglês:
DERRING DEMOCRACY

Publicado originalmente pela Verso em 1991
Copyright © 1991 Noam Chomsky

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento
ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem
prévia autorização por escrito.
Proibida a venda desta edição em Portugal e resto da Europa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil
adquiridos pela
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000
que se reserva a propriedade literária desta tradução

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-06097-6

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970



U M

A Guerra Fria: Realidade e Fantasia

COSTUMA-SE considerar que o grande evento da era atual foi o fim da Guerra Fria e que a grande pergunta a nos confrontar é: o que virá agora? Para respondê-la, temos de começar por esclarecer o que foi a Guerra Fria. Há duas maneiras de abordar essa pergunta prévia. Uma é simplesmente aceitar a interpretação convencional; a segunda é examinar os fatos históricos. Como frequentemente acontece, as duas abordagens geram respostas bem diferentes.

1. A Guerra Fria como constructo ideológico

Segundo a compreensão convencional, a Guerra Fria foi um confronto entre duas superpotências. Encontramos então diversas variantes. A versão ortodoxa, que tem um predomínio esmagador, sustenta que o elemento propulsor da Guerra Fria foi a virulenta agressividade soviética, que os Estados Unidos procuraram refter. De um dos lados do conflito, temos um “pesadelo”, do outro, o “defensor da liberdade”, para tomar emprestados os termos da John Birch Society, uma instituição ultradireitista, dos pregadores fundamentalistas de direita e dos intelectuais liberais norte-americanos, que reagiram com reverência e aclamação quando essas palavras foram usadas por Václav Havel em seu discurso no Congresso norte-americano, em 1990.¹

Uma variante crítica afirma que a percepção da ameaça soviética foi exagerada; os perigos eram menos extremos do que pensávamos. As medidas políticas

Vertical column of small black dots or artifacts.

Small cluster of black dots or artifacts in the bottom right corner.

norte-americanas, a despeito de sua intenção nobre, foram baseadas num mal-entendido e num erro de análise. Uma crítica ainda mais aguda sustenta que o confronto das superpotências resultou de uma interação em que os Estados Unidos também desempenharam um papel (um papel preponderante, para alguns analistas), e que o contraste não se dá simplesmente entre pesadelo e defesa da liberdade, porém é mais complexo — na América Central e no Caribe, por exemplo.

De acordo com todas as variantes, as doutrinas essenciais que norteiam a política norte-americana têm sido a contenção e a intimidação dissuasiva, ou, em termos mais ambiciosos, o "rebaixamento". E agora a Guerra Fria está chegando ao fim, com a capitulação de um dos antagonistas — o agressor permanente, segundo a versão ortodoxa.

Essa versão ortodoxa é resumida em termos claros e vívidos no que é largamente reconhecido como o documento norte-americano fundamental da Guerra Fria — o NSC 68, de abril de 1950, redigido pouco antes da Guerra da Coreia, anunciando que "a guerra fria é, na verdade, uma guerra real, na qual está em jogo a sobrevivência do mundo livre". Esse memorando merece atenção, tanto como expressão precoce da visão convencional, em sua variante ortodoxa, quanto pelo discernimento das realidades históricas que estão por trás desses constructos ideológicos.

A estrutura básica da argumentação tem a simplicidade pueril de um conto de fadas. Existem no mundo duas forças, em "pólos opostos". Num extremo temos o mal absoluto; no outro, a sublimidade. Entre eles não pode haver transigência. A força diabólica, por sua própria natureza, tem que buscar a dominação completa do mundo. Por conseguinte, tem que ser suplantada, desarraigada e eliminada, a fim de que o virtuoso defensor de tudo o que existe de bom possa sobreviver para executar suas obras elevadas.

O "projeto fundamental do Kremlin", explica Paul Nitze, autor do memorando NSC 68, é "a subversão completa ou a destruição à força da máquina governamental e da estrutura da sociedade", em todos os cantos do mundo que ainda não sejam "subservientes ao Kremlin nem controlados por ele". "O propósito implacável do Estado escravagista [é] eliminar o desafio da liberdade" por toda parte. A "compulsão" do Kremlin "exige um poder total sobre todos os homens" no próprio Estado escravagista, e "uma autoridade absoluta sobre o resto do mundo". A força maléfica é "inescapavelmente militante", de modo que nenhum arranjo ou acordo pacífico é sequer pensável.

Em contraste, o "projeto fundamental dos Estados Unidos" é "garantir a integridade e a vitalidade de nossa sociedade livre, que se alicerça na dignidade e no valor do indivíduo", e salvaguardar esses valores pelo mundo afora. Nossa sociedade livre é marcada por uma "diversidade maravilhosa", pela "profunda tolerância", pela "conformidade à lei" e pelo compromisso de "criar e manter um ambiente em que todo indivíduo tenha a oportunidade de pôr em prática suas forças criadoras". Ela "não teme a diversidade, mas a acolhe", e "extrai sua força da hospitalidade que oferece até mesmo às idéias antipáticas". O "sistema de valores que anima nossa sociedade" inclui "os princípios da liberdade, da tolerância, da importância do indivíduo e da supremacia da razão sobre a vontade". "A tolerância essencial de nossa visão de mundo, nossos impulsos generosos e construtivos e a inexistência de cobiça em nossas relações internacionais são triunfos de uma influência potencialmente enorme", sobretudo entre aqueles que tiveram a sorte de experimentar essas qualidades em primeira mão, como a América Latina, que se beneficiou muito de "nossos esforços prolongados e contínuos para criar e, neste momento, desenvolver o sistema interamericano".

O conflito entre as forças da luz e das trevas é "moimentoso, envolvendo a realização ou a destruição não somente desta República, mas da própria civilização". "O ataque às instituições livres é mundial" e "nos impõe, em nome de nossos próprios interesses, a responsabilidade pela liderança mundial". Devemos procurar "favorecer um ambiente mundial em que o sistema norte-americano possa sobreviver e florescer". Posto que "uma derrota das instituições livres em qualquer lugar é uma derrota por toda parte", nenhum canto do mundo, por mais minúsculo e insignificante que seja, pode escapar a nossos cuidados. E, certamente, "a idéia de que a Alemanha, o Japão ou outras áreas importantes possam existir como ilhas de neutralidade, num mundo dividido, é irreal, dado o objetivo de dominação mundial abraçado pelo Kremlin". Cinco anos depois de a URSS ter sido praticamente aniquilada pelas potências do Eixo, estas deviam reconstruir-se numa aliança dominada pelos EUA e comprometida com a eliminação final do sistema soviético que não haviam conseguido destruir.

Dado que "a integridade e a vitalidade de nosso sistema correm maior risco do que nunca em nossa história", inclusive do que nos mais tenebrosos dias da Guerra da Independência, ou do que quando as tropas britânicas capturaram Washington em 1814, fica claro que as medidas energéticas eram justificadas: na verdade, os gastos militares quase quadruplicaram logo depois, a pretexto de que

a invasão da Coreia do Sul fora o primeiro passo do Kremlin na conquista do mundo — a despeito da falta de provas convincentes, na época ou agora, de uma iniciativa russa nessa fase da complexa luta pelo destino da Coreia.

O memorando pleiteou um vasto aumento dos armamentos, mesmo reconhecendo que, por qualquer parâmetro, o Estado escravagista era muito mais fraco do que o defensor da liberdade. Os dados pertinentes foram apresentados de modo a obscurecer as comparações diretas e selecionados para exagerar a força do inimigo, o que constituiu o padrão normativo durante toda a era da Guerra Fria.³ Não obstante, até os dados apresentados mostram que o orçamento militar norte-americano correspondia ao dobro do da URSS e que seu poderio econômico era quatro vezes maior, ao passo que, nesse estágio inicial da reconstrução de suas economias muito mais poderosas, os próprios aliados europeus já se equiparavam à União Soviética, juntamente com seus satélites.

Apesar da disparidade entre os dois pólos opostos, tanto no nível econômico quanto na força militar, o Estado escravagista tinha imensas vantagens. Por ser muito atrasado, ele “[podia] fazer mais com menos”; sua fraqueza era sua força, a arma suprema. Ele era, a um só tempo, anão e super-homem, estando muito atrás de nós, a julgar por qualquer parâmetro, mas tendo “uma impressionante capacidade de agir com a máxima latitude tática com dissimulação e rapidez”, com “extraordinária flexibilidade”, com um aparato militar sumamente eficaz e com “grande poder coercitivo”. Outro problema era que o inimigo maléfico encontrava “um público receptivo (...) no mundo livre”, particularmente na Ásia. Para defender a Europa e proteger dos “desígnios do Kremlin” a liberdade que tradicionalmente reinara na África, na Ásia e na América Latina, portanto, deveríamos ampliar vastamente os gastos militares e adotar uma estratégia que visasse ao esfacelamento e ao colapso da União Soviética.

Nossas forças militares eram “perigosamente insuficientes”, visto que nossa responsabilidade era o controle mundial; em contraste, as forças militares soviéticas, muito mais fracas, ultrapassavam largamente suas restritas necessidades defensivas. Nada do que havia acontecido em anos recentes, segundo o memorando, sugeria que a URSS pudesse enfrentar problemas de segurança, em contraste conosco, com nossa vulnerabilidade a inimigos poderosos por toda parte. Precisávamos de vastas forças militares “não apenas a título de proteção contra os desastres, mas também para sustentar nossa política externa”, ainda que, para fins

de relações públicas, “a ênfase [devesse] recair sobre o caráter essencialmente defensivo” da escalada militar.

Agora as relações públicas, nessa postura real deveria ser agressiva no “conflito que se nos impôs”. “Dado o propósito do Kremlin de dominar o mundo”, o que é um traço necessário do Estado escravagista, não podíamos aceitar a existência do inimigo, mas deveríamos “fomentar as sementes da destruição dentro do sistema soviético” e “acelerar [sua] decadência” por todos os meios, com exceção da guerra (que é perigosa demais para nós). Deveríamos evitar as negociações, a não ser como um recurso para aplacar a opinião pública, porque qualquer acordo “refletiria as realidades atuais e, por isso mesmo, seria inaceitável para os Estados Unidos e para o resto do mundo livre”, ainda que, depois do sucesso de uma estratégia de “rebaixamento”, pudessemos “negociar um acordo com a União Soviética (ou com um Estado ou Estados sucessores)”.

Para alcançar essas metas essenciais, deveríamos superar os pontos fracos de nossa sociedade, como “os excessos da mente permanentemente aberta”, “o excesso de tolerância” e a “dissensão entre nós”. Teríamos de aprender a “distinguir entre a necessidade da tolerância e a necessidade da eliminação justa”, traço crucial do “estilo democrático”. Era particularmente importante isolar nossos “sindicatos de trabalhadores, organizações civis, escolas, igrejas e todos os meios de comunicação que [servissem] para influenciar a opinião pública” do “trabalho maléfico” do Kremlin, que procurava subvertê-los e “os [transformava] em fontes de confusão em nossa economia, nossa cultura e nosso corpo político”. Havia também necessidade de um aumento dos impostos, juntamente com uma “redução dos gastos federais para outras finalidades que não a defesa e a assistência externa, mediante, se necessário, o adiamento de certos programas desejáveis”. Essas medidas políticas militares keynesianas, sugeriu o memorando, tenderiam a estimular também a economia nacional. Na verdade, poderiam servir para prevenir “um declínio de graves proporções na atividade econômica”. “Uma grande dose de sacrifício e disciplina será exigida do povo norte-americano”, que também deveria “abrir mão de alguns dos benefícios” de que desfrutava, à medida que assumíssemos o manto da liderança mundial e superássemos a recessão econômica já em andamento, por meio de “programas positivos de governo” para subsidiar a indústria avançada através do sistema militar.

Observe-se que o objetivo nobre da sociedade livre e os desígnios maléficos do Estado escravagista são vistos como propriedades inatas, derivadas de sua pró-

pria natureza. Portanto, o registro histórico e documental efetivo não é relevante para aquilatar a validade dessas doutrinas. Em consonância com isso, é injusto criticar o memorando sob a alegação de que não se apresenta nenhuma prova que corrobore suas conclusões, nem questionar, com base na mesma alegação, conclusões como "evidencia-se pelos parágrafos anteriores" ou "ficou demonstrado acima". Por uma questão de lógica, não é necessária nenhuma prova empírica; o puro pensamento é o bastante para estabelecer as verdades necessárias.

No discurso público imperavam essas mesmas concepções — e ainda imperam. Uma expressão característica da visão convencional foi dada por William Hyland, editoralista da *Foreign Affairs*, na reportagem central da edição da primavera de 1990:

Nos últimos cinquenta anos, a política externa norte-americana moldou-se em resposta à ameaça feita pelos adversários e inimigos deste país. Praticamente em todos os anos decorridos desde Pearl Harbor, os Estados Unidos têm estado engajados em guerras ou confrontos. Agora, pela primeira vez em meio século, os Estados Unidos têm a oportunidade de reconstruir uma política externa livre da maioria das restrições e pressões da Guerra Fria (...). Desde 1941, os Estados Unidos têm estado inteiramente atados. Agora, ao passarmos para uma nova era, talvez a ânsia de não enredamento norte-americana esteja ressurgindo sob várias aparências (...). Poderá a América finalmente voltar para casa? (...) Os Estados Unidos estão realmente desfrutando do luxo de algumas escolhas autênticas, pela primeira vez desde 1945. A América e seus aliados venceram a Guerra Fria (...).

Portanto, não fizemos "escolhas autênticas" quando invadimos o Vietnã do Sul, quando derrubamos o governo democrático capitalista da Guatemala, em 1954, e ali mantivemos desde então a dominação de gângsteres assassinos, quando ordenamos o que constitui, sem sombra de dúvida, as mais extensas operações terroristas internacionais da história, contra Cuba a partir do início da década de 1960 e contra a Nicarágua durante toda a década de 1980, quando procuramos assassinar Lumumba e instalamos e mantivemos a ditadura brutal e corrupta de Mobutu, quando apoiamos Trujillo, Somoza, Marcos, Duvalier, os generais do Cone Sul, Suharto, os governantes racistas da África meridional e toda uma horda de outros criminosos etc. etc. Não podíamos fazer outra coisa, dada a ameaça à nossa existência. Agora, porém, o inimigo recuou, de modo que talvez possa-

mos satisfazer nossa "ânsia de não enredamento" nos assuntos alheios, muito embora, como acrescentam outros, nossa "ânsia de democracia" talvez ainda nos impelia a persistir em nossos nobres esforços em defesa da liberdade.

Dispondo de escolhas pela primeira vez, podemos agora voltar-nos para programas construídos para o Terceiro Mundo (como insistem os humanistas liberais), ou deixar que os pobres sem merecimento chafundem em sua miséria (posição dos conservadores). Expressando a visão liberal, mais zelosa, Thomas Schoenbaum, diretor-executivo do Centro Dean Rusk de Direito Internacional e Comparado da Universidade da Geórgia, condama a uma "política mais diferenciada e de sintonia mais fina" nas "áreas complexas e heterogêneas" do Terceiro Mundo. Cercados pelo imperativo oprimente de resistir à agressão soviética no mundo inteiro, estivemos impossibilitados de desenvolver essa política. Agora, porém, talvez tenhamos chegado ao "fim da Guerra Fria — e os mocinhos venceram". Assim, podemos esperar que os soviéticos "abandem sua prolongada campanha de apoio às revoluções comunistas e aos regimes totalitários no Terceiro Mundo", a fim de que "os Estados Unidos possam abandonar sua postura tradicional — a de priorizar a contenção da expansão comunista — e adotar uma política mais positiva".⁵

Também em outros aspectos o registro público conforma-se às convenções do memorando NSC 68. Em particular, há um amplo reconhecimento de que a própria existência da União Soviética constitui uma agressão. John Lewis Gaddis, historiador da diplomacia e uma das figuras mais respeitadas entre os estudiosos liberais da Guerra Fria, explica que a intervenção aliada imediatamente posterior à revolução bolchevique foi de natureza defensiva, e que, para Woodrow Wilson, inspiou-se, "acima de tudo", em seu fervoroso desejo de "garantir a autodeterminação na Rússia" — através da instalação forçada dos governantes que escolhêssemos. A invasão foi defensiva porque se deu "em resposta a uma intervenção profunda e de alcance potencialmente vasto, por parte do novo governo soviético, nos assuntos internos não apenas do Ocidente, mas de praticamente todos os países do mundo", ou seja, em resposta ao "desafio da Revolução — que dificilmente poderia ter sido mais categórico — à própria sobrevivência da ordem capitalista". "A segurança dos Estados Unidos" já estava "em perigo" em 1917, e não só em 1950, de modo que a intervenção fora inteiramente justificável, em defesa contra a mudança da ordem social na Rússia e o anúncio das intenções revolucionárias.⁶

A avaliação contemporânea de Gaddis recapitula a reação imediata do Ocidente à revolução bolchevique. Esta foi enunciada por DeWitt C. Poole, conselheiro da embaixada norte-americana na Rússia, num memorando enviado ao secretário de Estado, Lansing, sob o título "Dos propósitos dos bolcheviques: especialmente com respeito a uma revolução mundial". Poole escreveu que o "problema vital" dos Estados Unidos era conduzir o mundo "por entre a Cila da razão, por um lado, e a Caribde do bolchevismo, por outro". A Caribde do bolchevismo, entretanto, era a ameaça mais funesta, porque "É da essência do movimento bolchevique ser de caráter internacional e não nacional", visando "diretamente à subversão de todos os governos".⁷ Na prática, dever-se-ia dar preferência à Cila da razão — com algumas expressões de pesar entre os liberais —, caso a passagem fosse estreita demais.

Similarmemente, Norman Stone, um historiador de Oxford, adota a postura de que os debates sofisticados sobre as origens da Guerra Fria não vêm ao caso, porque o próprio "caráter do Estado soviético" foi "uma das maiores causas isoladas da Guerra Fria na década de 1940". O grande teste das intenções soviéticas seria a retirada do Leste Europeu e a redução dos armamentos e "armas defensivas, adequadas a seu nível econômico" — ou seja, muito aquém do nível do Ocidente, que, além disso, não precisaria limitar-se a "armamentos defensivos", a não ser no sentido expansivo de "defesa", que interpreta qualquer ato de violência como uma defesa de interesses legítimos.⁸ Note-se que a questão não é a desejabilidade do esfacelamento dos impérios soviéticos internos e externos nem da redução radical dos armamentos, mas a concepção da Guerra Fria e da reação "defensiva" do Ocidente ao próprio caráter do Estado soviético.

Boa parte dessa mesma percepção aplica-se à extrema esquerda da corrente central de opinião. O editorialista sênior de *New Republic*, Hendrik Herzberg, que se encontra nos limites mais externos, escreveu: "à parte os sofismas revisionistas, a causa fundamental da Guerra Fria foi o totalitarismo — mais exatamente, a ambição totalitária". Internamente, o totalitarismo soviético impôs "um Estado onipotente, onividente e onisciente, que atenderia a todas as necessidades humanas e, por conseguinte, obliteraria e tornaria desnecessária qualquer instituição humana rival". Sua "manifestação externa" foi "a crença em que todos os outros sistemas sociais e políticos, julgados pela norma da inevitabilidade histórica, eram inferiores e estavam destinados a perecer". Em suma, a causa básica da Guerra Fria foi a natureza interna do sistema soviético e sua confiança em seu sucesso

final, à medida que se desenrolasse a história — um desafio ideológico que não podia ser tolerado.⁹

O pressuposto subjacente é que o sistema norte-americano de organização social e poder, bem como a ideologia que o acompanha, devem ser universais. Abaixo disso, qualquer coisa é inaceitável. Nenhum desafio pode ser tolerado, nem mesmo a confiança na inevitabilidade histórica de alguma coisa diferente. Sendo assim, qualquer ação praticada pelos Estados Unidos para ampliar seu sistema e sua ideologia é defensiva. Podemos deixar de lado os sofismas revisionistas sobre os acontecimentos históricos, agora que sua irrelevância ficou demonstrada.

O jornalismo adota rotineiramente essa mesma postura. Assim, uma reportagem do *Washington Post* sobre os "gastos com a defesa" observa que, com o desaparecimento gradativo da ameaça soviética, o mundo entrou numa "nova era": "após quarenta anos reftecendo uma União Soviética agressiva e expansionista, devemos agora repensar a doutrina da contenção que "organizou nossa estratégia de segurança ocidental para proteger o mundo de um bloco soviético expansionista e hostil".¹⁰ O fato de nos havermos esforçado por proteger o mundo inteiro da agressão soviética é incontestável: um truismo que não requer comprovação ou sequer comentários.

A nobreza do "defensor da liberdade" também é o estribilho padrão dos intelectuais. Assim, de acordo com Michael Howard, professor emérito de história moderna em Oxford,

Durante duzentos anos, os Estados Unidos preservaram quase inaculados os ideais originais do Iluminismo: a crença nos sagrados direitos do indivíduo, nos direitos intrínsecos de liberdade de reunião e liberdade de expressão, nos grandes benefícios da livre iniciativa, na possibilidade de aperfeiçoamento do homem e, acima de tudo, na universalidade desses valores.

Nessa sociedade quase ideal, a influência das elites é "bastante limitada". Mas o mundo, lamenta Howard, não aprecia essa magnificência: "os Estados Unidos não desfrutam no mundo do lugar que deveriam ter conquistado, por suas realizações, sua generosidade e sua boa vontade, desde a Segunda Guerra Mundial".¹¹ — como é ilustrado em paratextos contemporâneos como a Indochina, a República Dominicana, as Filipinas, El Salvador e a Guatemala, para citar apenas alguns dos muitos candidatos, do mesmo modo que a crença nos "sagrados direitos do in-

divíduo" e na "universalidade" dessa doutrina, durante duzentos anos, é ilustrada por um século de escravidão humana literal e pela privação efetiva dos direitos de cidadania dos negros durante mais um século, pelos ataques genocidas à população indígena e pela matança de centenas de milhares de filipinos na virada do século, sem falar em milhões de indochineses, uns 200.000 centro-americanos na última década, e uma multiplicidade de outros exemplos. Mais uma vez, os sim-ples fatos são uma irrelevância no campo do pensamento puro.

Tomando outro exemplo do campo da erudição acadêmica, consideremos o estudo do "trauma do Vietnã" feito por Paul Karrenburg, um dos poucos dissi-dentes iniciais da Guerra do Vietnã no governo norte-americano e, atualmente, titular da ctedra Jacobson de questões de Estado na Universidade da Carolina do Sul.¹² Karrenburg interessa-se por identificar os "traços mais destracados, cen-trais na tradição e na experiência norte-americanas, que levaram os Estados Uni-dos a desempenharem seu papel de superpotência no que poderíamos chamar de um modo particularista". Diz ele que "os princípios e ideais ocupam um lugar cardinal no espírito nacional estadunidense e distinguem de maneira crucial o desempenho dos EUA no papel de superpotência". Esses princípios e ideais fo-ram "enunciados pelos pais fundadores, aqueles espíritos puros de contemplação desprendida", e "aprimorados por eminentes figuras posteriores do pensamento e da ação", desde John Adams até Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson e Franklin Roosevelt. Os princípios foram

testados e retestados no processo de povoar o continente, sanar a cisão norte-sul, desenvolver a economia das regiões inculcas segundo o espírito da livre iniciativa e lutar na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, não tanto pelos interesses, mas pela sobrevivência dos próprios princípios pelos quais a maioria dos norte-amei-canos guiava sua vida.

É esse legado singular que explica o modo de agir dos norte-americanos "no papel de superpotência", papel que eles abordaram "desprovidos de artifício ou enga-no", com "a mentalidade de um emancipador".

Com essa mentalidade, não é preciso sentir-se superior ou agir como tal, nem acre-ditar que se está impondo a outrem o espírito ou os valores pessoais, pois sente-se naturalmente que os outros não podem duvidar nem da honradez da causa do

emancipador nem de sua capacidade. Nesses aspectos, o papel norte-americano de superpotência, particularmente nos primeiros anos do pós-guerra, é muito análogo ao que se pode atribuir a um professor, um mentor ou outro tipo de emancipador.

Poranto, "o professor é obviamente capaz" e

claramente desinteressado. (...) Além disso, tal como a superpotência norte-americana, o professor não controla a vida nem o destino de seus alunos; eles continuam livres para ir e vir. (...) Para compreendermos o desempenho e a psicologia da América como superpotência, bem como os porquês e os para quês de seu envolvimento na Indochina, será útil termos em mente essa analo-gia do desempenho norte-americano do papel de superpotência com o do pro-fessor benevolente, mas claramente egocentrado, que distribui aos estudantes carentes do mundo a emancipação, através do conhecimento da honradez e do caminho certo.

Isso não pretende ser irônico nem caricato; antes, é exposto a sério, levado a sério, e não é atípico do que encontramos na bibliografia especializada — não na peri-feria dos lunáticos, mas na extremidade respeitável e moderadamente dissidente do espectro da corrente tradicional. Assim sendo, é perfeitamente natural que James Reston, durante muito tempo o principal pensador político do *New York Times*, tenha dito, ao se aposentar: "Creio não haver nada na história mundial que se compare aos compromissos assumidos por este país em defesa da liberdade." Durante o tempo em que ocupou seu cargo, Reston prestou serviços excepcionais à causa da liberdade, como quando se orgulhou da contribuição norte-americana para a enorme carnificina ocorrida na Indonésia em 1965, e explicou em tom **apropriadamente sombrio, enquanto as forças militares estadunidenses demollam** o que havia restado do interior sul-vietnamita no fim de 1967, que isso estava sendo feito "com base no princípio de que o poderio militar não deverá obrigar o Vietnã do Sul a fazer o que ele não quer fazer", e por nossa lealdade à "convicção mais profunda da civilização ocidental" — a saber, que "o indivíduo não pertence ao Estado, mas a seu Criador", e portanto, tem direitos que "nenhum magis-trado e nenhuma força política podem violar".¹³

A doutrina oficial, tal como divulgada pelos porta-vozes do governo, pela mídia, pelos comentaristas políticos e por uma ampla gama de acadêmicos, é illus-

trada, por exemplo, pelo relatório da Comissão Bipartidária Nacional (de Kissinger) sobre a América Central: "Os objetivos internacionais dos Estados Unidos, no final do século XX, são a cooperação, e não a hegemonia ou a dominação, a parceria, e não o confronto, e uma vida decente para todos, e não a exploração." Walter Laqueur e Charles Krauthammer escreveram: "Ao contrário da União Soviética, os EUA não querem converter ninguém a um sistema político, social ou econômico específico." Samuel Huntington nos informa que "O efeito global do poderio norte-americano em outras sociedades foi promover a liberdade, o pluralismo e a democracia. (...) O conflito entre o poder norte-americano e os princípios norte-americanos praticamente desaparece, quando aplicado ao impacto norte-americano em outras sociedades". Krauthammer, um neoliberal respeitadíssimo, garante-nos ainda que todos os presidentes dos EUA, de Franklin D. Roosevelt a Lyndon B. Johnson, almejavam a "promoção da liberdade e da ordem mundial no exterior", missão esta que foi ressuscitada na Doutrina Reagan, que proporcionou uma "política coerente" de apoio àqueles que "arriscam sua vida em todos os continentes, do Afeganistão à Nicarágua, para arrostar a agressão apoiada pelos soviéticos" (Ronald Reagan, citado com admiração e aprovação), e que comprometeu os EUA não só com a liberdade e os direitos humanos, mas também com a construção de sistemas sociopolíticos de estilo norte-americano no Terceiro Mundo — mesmo não querendo "converter ninguém a um sistema político, social ou econômico específico", posto que a coerência é um fato igualmente importante para a vocação do comissário do povo.¹⁴

Essas convenções são tão largamente respeitadas, que não há necessidade de outras citações. Um aspecto notável em todas elas é a inexistência de qualquer sentimento de que seja necessário justificar a lisonjeira doutrina de que, no Terceiro Mundo, os EUA buscaram apenas frustrar os russos e suas metas totalitárias, enquanto sustentavam da melhor maneira possível seus princípios altaneiros, nessas circunstâncias sombrias e desgastantes. O raciocínio é o do memorando NSC 68: essas são verdades necessárias, estabelecidas pela simples análise conceitual. Os estudiosos que professam uma visão "realista" e prática, zombando do sentimentalismo e da emoção, dispõem-se a admitir que os fatos históricos não chegam propriamente a ilustrar o compromisso dos Estados Unidos com o que é, nas palavras de Hans Morgenthau, seu "objetivo transcendental" — "o estabelecimento da igualdade da liberdade na América"¹⁵; a rigor, no mundo inteiro, visto que "a arena em que os Estados Unidos têm que defender e promover seu objetivo

tornou-se mundial". Mas os fatos são irrelevantes, porque, como Morgenthau se apressa a explicar, aduzi-los é "confundir o abuso da realidade com a realidade em si". A realidade é o "objetivo nacional" não atingido, revelado pela "comprovação da história, tal como nosso mente a refletir", enquanto o registro histórico factual é um mero abuso da realidade, um artifício insignificante.¹⁵ A compreensão convencional, portanto, é autojustificante, imune à crítica externa.

Embora falte nisso a sofisticação da teologia tradicional, a similaridade dos temas e do estilo é notável. Ela revela a que ponto o culto do Estado transformou-se numa religião secular, na qual os intelectuais funcionam como corpo eclesiástico. Os setores mais primitivos da cultura ocidental vão mais longe, promovendo formas de idolatria em que símbolos sagrados, como a bandeira, tornam-se objetos de veneração obrigatória, sendo o Estado chamado a punir qualquer insulto feito a eles e a forçar as crianças a jurarem diariamente sua devoção, enquanto Deus e o Estado são quase que indissolavelmente ligados nas cerimônias e no discurso públicos, como nas meditações de James Reston sobre nossa devoção à vontade do Criador. Talvez não seja de admirar que esse fanatismo tolo se eleve a tais extremos nos Estados Unidos, como antídoto contra a singular liberdade da coerção estatal conseguida através da luta popular.¹⁶

2. A Guerra Fria como processo histórico

A segunda abordagem da era da Guerra Fria baseia-se na idéia de que, por si só, a lógica não basta: os fatos também têm importância. Sendo assim, para compreender a era da Guerra Fria, devemos examinar os acontecimentos que a constituíram. Seguindo esse curso, que não parece inteiramente insensato, deparamos com um quadro mais complexo e interessante, que tem apenas uma semelhança parcial com a compreensão convencional. O mesmo método de investigação sugere diversas razões por que a era pós-Guerra Fria poderá revelar-se muito parecida com o que houve antes, pelo menos para suas vítimas habituais, à parte a tática e a propaganda.

Desnecessário dizer que, se *defirmos* a Guerra Fria como não envolvendo nada além de um confronto de duas superpotências, acompanhadas por seus aliados e clientes, a decorrência banal será que isso constitui precisamente o que ela foi e que, com a retirada da URSS do conflito, ela se encerrou com a vitória do

lado norte-americano. A questão, no entanto, é como interpretar a era da Guerra Fria, e é patente que não se responde a essa indagação evitando-a.¹⁷ Queremos, antes, examinar os contornos, o caráter, as forças e motivações propulsoras e os efeitos principais do sistema mundial bipolar que emergiu da Segunda Guerra Mundial. Esses são fenômenos históricos significativos e dignos de estudo. Exatamente de que modo se situa o conflito Leste-Oeste nessa matriz é tema para descobrir, e não para estipulações — pelo menos, se nossa meta for a compreensão.

O entendimento da era da Guerra Fria requer uma exposição não apenas dos acontecimentos efetivos, mas também dos fatores que estiveram por trás deles. O registro documental do planejamento torna-se relevante nesse ponto. É importante sabermos até que ponto a política foi determinada por características específicas da era da Guerra Fria, e até que ponto ela meramente adaptou a novas condições certas demandas institucionais persistentes. Para responder a essas perguntas, naturalmente indagaremos como os eventos típicos da Guerra Fria e suas motivações subjacentes se comparam à prática e ao pensamento normativos antes e depois dela. Também é necessário explicar os constructos ideológicos predominantes e suas funções, inclusive a compreensão convencional da Guerra Fria, na medida em que ela se afasta da realidade.

Ao abordar a era da Guerra Fria tendo em mente essas considerações, constatamos que o conflito entre superpotências retratado pela visão convencional foi bastante real, mas constitui apenas uma fração da verdade. A realidade ganha projeção ao examinarmos os acontecimentos e práticas típicos da Guerra Fria.

Do lado de Moscou, a Guerra Fria foi ilustrada pelos tanques em Berlim Oriental, Budapeste e Praga, e por outras medidas coercitivas nas regiões libertadas dos nazistas pelo Exército Vermelho, e posteriormente subjugadas ao Kremlin, e pela invasão do Afeganistão, único caso de intervenção militar soviética inteiramente fora da rota histórica de invasão do Ocidente. No plano interno, a Guerra Fria serviu para consolidar o poder da elite militar-burocrática cuja dominação derivara do golpe bolchevique de outubro de 1917.

Para os Estados Unidos, a Guerra Fria foi uma história de subversão mundial, agressão e terrorismo de Estado, com exemplos demasiadamente numerosos para mencionar. O equivalente nacional foi a consolidação do "complexo industrial-militar" de Eisenhower — em essência, um Estado de bem-estar para os ricos, com uma ideologia de segurança nacional para controlar a população (tomando emprestado um pouco do jargão da contra-insurgência), de acordo com as reco-

menções do memorando NSC 68. O principal mecanismo institucional foi um sistema de gestão industrial Estado-empresa para respaldar a indústria de alta tecnologia, confiando no contribuinte para financiar a pesquisa e desenvolvimento e para fornecer um mercado garantido para produtos supérfluos, enquanto o setor privado assumia o controle, quando havia uma perspectiva de lucros. Essa dádiva crucial feita aos dirigentes de empresas foi a função nacional do sistema do Pentágono (incluindo a NASA e o Departamento da Energia, que controla a produção de armas nucleares); os benefícios estenderam-se à indústria de computadores, aos produtos eletrônicos em geral e a outros setores da economia industrial avançada.¹⁸ Dessa maneira, a Guerra Fria forneceu grande parte dos suportes do sistema de subsídios públicos e lucros privados a que se dá orgulhosamente o nome de Livre Iniciativa.

A convocação a uma ação vigorosa feita pelo memorando NSC 68 tornou a se fazer ouvir quando foram empossados os governos de Kennedy e Reagan, com o mesmo impulso duplo: militância no exterior, para afirmar o poderio dos EUA, e gastos militares no país, para ressuscitar uma economia em declínio. A retórica também foi duplamente ressuscitada: "a conspiração monopolítica e implacável" que avançava para nos destruir (Kennedy), o "Império do Mal" que era "o foco da degradação em nossa época", em sua tentativa de dominar o mundo (Reagan). Como seria de se prever, o nível dos decibéis baixava conforme a política mudava de rumo — como em meados da década de 1980, quando se tornou necessário fazer frente aos custos da má administração fiscal e aos excessos militares keynesianos dos reacionários estatizantes do governo Reagan, incluindo-se aí os imensos déficits orçamentário e da balança comercial.

Acentar para o registro histórico revela o núcleo realista envolto na retórica bizarra do NSC 68. A Grande Depressão pusera fim a qualquer crença remanescente em que o capitalismo era um sistema viável. Havia uma preanúncio geral de que a intervenção do Estado era necessária para manter o poder privado — como aconteceu, aliás, durante todo o processo de desenvolvimento.¹⁹ Entendia-se também que as medidas do New Deal haviam fracassado e que a Depressão só fora superada pela intervenção muito mais maciça do Estado durante a guerra. Sem o benefício de Keynes, essa lição foi diretamente ensinada aos dirigentes de empresas que afluiram a Washington para tocar a economia dirigida e quase totalitária dos tempos de guerra. A expectativa geral era que, sem a intervenção do Estado, haveria um retorno à Depressão, uma vez satisfeita a demanda acumulada de con-

sumo. E ela pareceu confirmada pela recessão de 1948. A produção agrícola subsidiada pelo Estado encontrou mercados no Japão e noutras regiões, mas havia um temor de que a indústria definhasse, por falta de mercados — donde a preocupação, verbalizada no NSC 68, com “um declínio de graves proporções na atividade econômica”, a menos que se adotassem medidas militares keynesianas. Esses programas, segundo se esperava, também contribuiriam para a revitalização da economia industrial dos aliados, ajudando a superar a “escassez de reservas cambiais” que restringia o mercado dos produtos manufaturados norte-americanos.

A exortação do NSC 68 ao “sacrifício e [a] disciplina”, bem como aos cortes nos programas sociais, foi um concomitante natural dessas percepções. A necessidade de uma “repressão justa” e de meios de controle sobre os sindicatos, igrejas, escolas e outras fontes potenciais de dissidência também se enquadrou num padrão mais amplo. A partir do fim da década de 1930, as atividades comerciais tinham sido profundamente perturbadas pela politização e organização crescentes do público em geral — o que mais tarde se denominou de “crise da democracia”, nas condições parcialmente semelhantes do período pós-Vietnã. O mesmo se deu imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. Em todos esses casos, a resposta foi a mesma: a Ameça Vermelha de Wilson, a repressão pós-Segunda Guerra Mundial erroneamente rotulada de “macarthismo” (na verdade, uma campanha para minar os sindicatos, a cultura do proletariado e o pensamento independente, lançada por empresários e democratas liberais muito antes de McCarthy entrar em cena e cometer o erro, que acabou por destruí-lo, de atacar pessoas poderosas); e os programas da polícia política nacional inaugurados pelo governo Kennedy e ampliados por seus sucessores, visando a solapar os partidos políticos independentes e os movimentos populares, através da subversão e da violência. As guerras e outras crises têm o dom de fazer com que as pessoas pensem e até se organizem, e o poder privado recorre sistematicamente ao Estado para conter essas ameaças a seu monopólio da arena política e da hegemonia cultural.²⁰ O impulso profundamente antidemocrático do memorando NSC 68 refletiu compromissos muito mais gerais.

O NSC 68 foi também realista e convencional ao invocar a “responsabilidade pela liderança mundial” dos EUA e a correspondente necessidade de dominar todos os cantos do mundo, por mais tenhos que fossem, e de exorcizar a maldição do neutralismo. Nesses aspectos, ele reiterou decisões anteriores de planejamento que refletiam o reconhecimento de que os EUA haviam alcançado uma

posição de poderio militar e econômico sem paralelo histórico, e poderiam usá-la em proveito próprio.

Os setores sofisticados da comunidade empresarial tinham consciência dos fatores internos que impulsionavam o sistema da Guerra Fria, o mesmo acontecendo com o saber acadêmico de melhor qualidade dentro da corrente principal. Em sua obra clássica sobre a contenção ou refreamento, John Lewis Gaddis observou:

Numa medida notável, o refreamento foi menos um produto do que os russos fizeram, ou do que aconteceu noutras partes do mundo, que das forças internas que atuaram nos Estados Unidos. (...) O que surpreende é a *primazia* conferida às considerações econômicas [ou seja, à gestão econômica do Estado] na formação de estratégias de contenção, *excluíndo-se as outras considerações*. [Grifos no original.]

Ele também concordou com a visão sistemática de George Kennan — um padrão entre os articuladores políticos e os analistas racionais — de que “não é o poderio militar russo que nos ameaça, mas sim o poder político russo” (outubro de 1947).²¹ Apesar desses lampejos de discernimento, Gaddis não se afastou do arcabouço convencional da “dissuasão” e do “refreamento da ameaça soviética”, embora reconhecesse — à guisa de acréscimo — que essa não era, em absoluto, a totalidade da história, nem tampouco, a rigor, o tema central.

Os principais eventos e efeitos da Guerra Fria enquadraram-se nas categorias que acabamos de rever. Houve também efeitos mais complexos. O apoio soviético a alvos da subversão norte-americana e de seus ataques ganhou um certo grau de influência para a URSS em boa parte do Terceiro Mundo, ainda que sua natureza fosse tênue. Quanto aos Estados Unidos, sua intervenção no Terceiro Mundo, sobretudo nos primeiros anos, foi impulsionada, em parte, pela meta de assegurar uma região atrasada para as economias capitalistas de Estado que o país esperava reconstruir na Europa Ocidental e no Japão. Ao mesmo tempo, o conflito da Guerra Fria ajudou a manter a influência dos EUA sobre seus aliados industrializados e a reafirmar a política independente, os movimentos trabalhistas e outras formas de ativismo popular nessas nações — um interesse que era compartilhado pelas elites locais. Os EUA promoveram a aliança da OTAN, observou um historiador, “para encerrar seus aliados e afastar o neutralismo, além de reafirmar os russos”.²²

A luz disso, é fácil compreender a persistência da doutrina convencional, a despeito de sua relação limitada com os fatos reais da era da Guerra Fria. No Ocidente, é comum admitir-se, muito depois de ocorrido o fato (sendo o fato algum exercício de subversão ou agressão no Terceiro Mundo, ou a renovação das benesses através do sistema do Pentágono, no âmbito nacional), que a ameaça da agressão soviética foi exagerada, os problemas foram mal-interpretados e o idealismo que norteou as ações foi despropositado. Mas as crenças necessárias continuaram a ser exibidas com destaque nos mostruários. Por mais fantasiosas que fossem, era possível servi-las ao público quando necessário — muitas vezes, com perfeita sinceridade, de acordo com o conhecido processo mediante o qual os interesses percebidos dão origem a crenças úteis.

Também compreensível é o fato, aliás bastante misterioso, de a política de segurança ter tido apenas uma tênue correlação com as preocupações realistas com essa questão. Inventaram-se ameaças, em caráter sistemático, baseadas nos mais frágeis indícios e, na melhor das hipóteses, de credibilidade mínima. Por outro lado, algumas ameaças potenciais de certo peso foram ignoradas. Repetidamente, os EUA patrocinaram o desenvolvimento de sistemas de armamentos capazes de representar graves riscos para seu bem-estar, ou até sua sobrevivência, e descartaram as oportunidades de abortar essas ocorrências. O governo e a mídia norte-americanos exigiram uma "verificação" em tom clamoroso, em condições que tinham a expectativa de que a URSS rejeitasse. Por outro lado, Washington revelou (juntamente com seus aliados) em permitir inspeções soviéticas de instalações químicas e outras instalações militares e de produção de armamentos, rejeitou propostas soviéticas de inspeção de submarinos *in loco*, para monitorar a proibição ou a limitação dos mísseis balísticos (que constituíam uma ameaça maior para os EUA, com suas longas linhas costeiras, do que para a URSS), e se opôs à inspeção de ogivas nucleares de mísseis de longo alcance em terra ou no mar. Mais importante ainda, a liderança política solapou as possibilidades de acordo político e fomentou o conflito em regiões em que ele poderia levar a uma guerra nuclear devastadora, havendo, em certos momentos, chegado perto demais desse resultado — em especial no Oriente Médio. Esses padrões sistemáticos não fazem sentido, em se presumindo que a política de segurança seja norteada por preocupações com a segurança. Examinados caso a caso, eles se tornam inteligíveis se supusermos que a política é norteada pelos objetivos gêmeos de fortalecer os interesses privados que são os grandes controladores do Estado e de preservar um

ambiente internacional em que eles possam prosperar.²³ O mundo é suficientemente inseguro e perigoso para que se concebam facilmente pretensas razões de segurança, a fim de justificar medidas políticas adoradas por outros motivos e depois aceitas como princípios doutrinários — traços conhecidos da estratégia e da prática da comunidade intelectual.

Pelas mesmas razões, podemos entender por que, muitas vezes, a liderança política não conseguiu aproveitar oportunidades evidentes de reduzir a ameaça do confronto das superpotências e, desse modo, promover a segurança nacional. Um exemplo precoce ocorreu em 1952, quando o Kremlin apresentou uma proposta de reunificação e neutralização da Alemanha, sem impor nenhuma condição à política econômica e oferecendo garantias sobre os "direitos do homem e as liberdades fundamentais, inclusive a liberdade de expressão, de imprensa, de credo religioso, de convicção política e de reunião", além da livre atividade de partidos e organizações democráticos. Em resposta, os EUA e seus aliados objetaram que o Ocidente não reconhecia a fronteira do Oder-Neisse entre a Alemanha e a Polónia e insistiram em que a Alemanha reunificada tivesse a liberdade de participar da OTAN — uma exigência que os russos dificilmente poderiam aceitar, poucos anos depois de a Alemanha, sozinha, haver praticamente destruído a União Soviética. A resposta ocidental também se referiu, de maneira mais plausível, à falta de clareza no tocante às eleições livres; em vez de se buscarem maiores esclarecimentos, entretanto, a proposta foi rejeitada com exigências exorbitantes. Tendo convinha aproveitar essa oportunidade, observou que nem o texto da proposta do Kremlin, datada de 10 de março, "e nem sequer o fato de sua chegada foram revelados por Washington até depois do envio da resposta ocidental, em 25 de março". Ele sugeriu que essa demora poderia ter-se relacionado com o desejo do governo de "expor sua defesa da Lei de Segurança Mútua de 1952 à Comissão de Relações Exteriores do Senado, sem que as deliberações dessa comissão fossem prejudicadas pelo conhecimento da proposta soviética"; a lei pleticava cerca de 7,5 bilhões de dólares para o rearmamento ocidental e se "baseava no pressuposto de que não haveria possibilidade de se chegar a um acordo com respeito à totalidade da Alemanha".²⁴

Se tivesse sido implementada, a proposta do Kremlin teria eliminado qualquer ameaça militar que a União Soviética pudesse representar para a Europa Ocidental. Provavelmente, não teria havido tanques soviéticos em Berlim Oriental.

tal em 1953, nem o Muro de Berlim, nem a invasão da Hungria ou da Tchecoslováquia — mas, o que era crucial, não teria havido nenhuma justificação prontamente disponível para a intervenção e a subversão mundiais dos EUA, para as políticas estatais de gestão econômica a serviço da indústria de ponta, ou para um sistema de ordem mundial em que a hegemonia norte-americana fundamentou-se, em grande parte, no poderio militar. A razão básica para a rejeição da proposta parece ter sido o interesse norte-americano em integrar uma Alemanha Ocidental rearmada na aliança militar da OTAN, quaisquer que fossem os riscos para a segurança ou as consequências disso para os satélites soviéticos. Ao depor na Comissão de Relações Exteriores do Senado em 28 de março, Warburg observou que a proposta soviética, que oferecia um meio plausível de resolução negociada e pacífica das questões de segurança europeias, talvez fosse um blefe. Mas, esperou, parecia “que nosso governo tem medo de denunciar o blefe, por temer que não se trate realmente de um blefe”, e pelo fato de que a proposta poderia levar a “uma Alemanha livre, neutra, democrática e desmilitarizada”, que poderia ser “subvertida para a órbita soviética”; e, sem chegar a tanto, pelo fato de que ela impediria os planos de rearmar a Alemanha na aliança da OTAN. A rejeição dessas oportunidades de pôr fim à Guerra Fria foi uma decorrência direta dos princípios do NSC 68, que decretava ilegítima a coexistência.

Durante anos, esses assuntos ficaram fora da pauta; a simples menção dos fatos acarretava o risco de o sujeito ser punido como apologista de Stalin. Em 1989-90, entretanto, a proposta de Stalin pôde ser citada com plena liberdade na imprensa e nos noticiários. No triunfalismo do momento, esperava-se que a URSS fosse obrigada a concordar com a incorporação de uma Alemanha unificada numa aliança militar dominada pelos EUA. Daí a importância de descartar a proposta de Gorbachov sobre a neutralização da Alemanha reunificada como mais uma “Idéia Antiga”, um repisamento de idéias jogadas no lixo, que não deviam ser levadas a sério. Nesse contexto, tornou-se permissível e até útil fazer referência a fatos que tinham sido omitidos numa época em que só teriam servido como um lembrete de realidades inconvenientes.

Outras propostas soviéticas também deixaram de ser exploradas. Raymond Garthoff, um antigo analista sênior da CIA e eminente especialista em questões de segurança e política externa, observou que o anúncio de Gorbachov sobre uma redução unilateral da força “teve um precedente interessante, há cerca de trinta anos”, quando, em janeiro de 1960, Nikita Kruchov revelou pela primeira vez,

desde a Segunda Guerra Mundial, o efetivo das forças armadas soviéticas, e anunciou dramaticamente um plano para reduzi-lo em um terço nos dois anos seguintes”. Meses depois, o serviço secreto norte-americano confirmou cortes maciços nas forças militares soviéticas na ativa. A força aérea táctica foi reduzida à metade, “principalmente através de uma redução global de dois terços das unidades de bombardieiros leves”; e os interceptadores de caças da força aérea naval, que somavam cerca de 1.500 aeronaves, foram retirados da marinha, sendo metade deles reduzida a sucaia e o restante entregue à defesa aérea, para substituir aviões destróicos. Em 1961, quase metade da anunciada redução do efetivo militar já havia ocorrido. Em 1963, Kruchov tornou a pleitear novas reduções. De acordo com o correspondente militar Fred Kaplan, ele também retirou mais de 15.000 soldados da Alemanha Oriental, exortando os EUA a fazerem reduções similares no orçamento militar e nas forças militares sediadas na Europa e noutros locais, bem como a caminharem em direção a outros cortes recíprocos. Documentos agora libertados do século revelam que o presidente Kennedy discutiu essas possibilidades com altas autoridades soviéticas, em caráter privado, mas veio a abandoná-las quando a escala da intervenção norte-americana no Vietnã se ampliou. William Kaufman, ex-assistente de alto escalão no Pentágono e eminente analista de questões de segurança, descreveu a falta de resposta norte-americana às iniciativas de Kruchov como tendo sido, em termos de carreira, “meu único arrependimento”.²⁵

Em meados dos anos setenta, os gastos militares soviéticos começaram a se estabilizar, enquanto a liderança dos EUA em bombas e ogivas estratégicas ampliou-se durante toda a década. O presidente Carter propôs um aumento substancial dos gastos militares e uma redução dos programas sociais. Essas propostas foram implementadas pelo governo Reagan, juntamente com a ação concomitante padrão — o aumento da militância no exterior — e com o pretexto igualmente padronizado: a ameaça soviética — dessa vez, uma “brecha de vulnerabilidade” e as vitórias soviéticas no Terceiro Mundo. Estas últimas foram ainda mais fraudulentas do que o assombroso crescimento militar soviético. O grau em que os remanescentes dos impérios coloniais português e francês ficaram sob a influência russa, em meados da década de 1970, deveu-se, em grande parte, à recusa dos EUA em estabelecer relações amistosas com eles, sob a condição — sempre inaceitável — da neutralidade e da independência; o mesmo se aplicou à América Latina e a outros lugares. Além disso, essas vitórias soviéticas foram de uma escala risível, mais constituindo um fardo do que um aumento do poder global — fatos

que eram óbvios na época e que foram admitidos poucos anos depois, quando os pretextos deixaram de ser adequados aos planos do momento. Em 1985-1986, as propostas de Gorbachov que favoreciam a proibição unilateral de testes com armas nucleares, a abolição do Pacto de Varsóvia e da OTAN, a retirada das frotas norte-americanas e soviética do Mediterrâneo, bem como outras medidas visando a reduzir o confronto e a tensão, foram ignoradas ou descartadas como um estorvo. O isolamento internacional dos Estados Unidos nas questões do desarmamento — um isolamento virtual ou, às vezes, completo — também foi sistematicamente omitido, mesmo em momentos de grande celebração de pretensas vitórias norte-americanas nessa causa.²⁶

Volando-nos para o conflito em si entre as superpotências, é bem verdade que, por sua própria natureza, a URSS constituía um desafio inaceitável. Especificamente, sua economia dirigida e autárquica interferia nos planos norte-americanos de construir um sistema global baseado no comércio (relativamente) livre e no investimento, os quais, na situação de meados do século, esperava-se que fossem dominados pelas empresas estadunidenses e sumamente benéficos para os interesses delas, como de fato foram. O desafio tornou-se ainda mais intolerável quando o império soviético barrou o livre acesso do Ocidente a outras áreas. A Cortina de Ferro privou as forças industriais capitalistas de uma região que, segundo se esperava, deveria fornecer matérias-primas, oportunidades de investimento, mercados e mão-de-obra barata. Por si mesmos, esses fatos já lançavam as bases de um conflito entre as superpotências, como tinham plena consciência os analistas sérios. Num importante documento de 1955 sobre o aspecto econômico da política externa norte-americana, um prestigioso grupo de estudos observou que a ameaça primordial do comunismo era a transformação econômica das nações comunistas "de maneira que [reduzissen] sua disposição e sua capacidade de complementar as economias industrializadas do Ocidente", fator que costumava motivar intervenções no Terceiro Mundo e hostilidade para com a União Soviética e seu sistema imperialista.²⁷

É bem verdade, além disso, que a União Soviética buscava oportunidades onde pudesse encontrá-las, estabelecendo relações amistosas e de apoio com os mais vergonhosos tiranos e gângsters — Mengistu, na Etiópia, e os generais neozasistas argentinos, para citar apenas dois exemplos. Nesse aspecto, o Kremlin satisfazia as normas dos guardiães da civilização e da ordem. Mas, num desvio criminoso dessas normas, a União Soviética costumava oferecer apoio a alvos da subversão e

ataque dos EUA, com isso atrapalhando os projetos da única potência verdadeiramente global. O apoio material ajudava esses inimigos a sobreviver, e as relações com a União Soviética impunham limites à ação norte-americana, por medo de um conflito entre as superpotências do qual os Estados Unidos talvez não saíssem ileso. Esse envolvimento soviético era sistematicamente condenado como uma interferência e expansionismo intoleráveis, e até uma agressão — como, por exemplo, quando as forças dos contras que atacaram a Nicarágua foram enaltecidas por "arriscarem a vida para desafiar ... [a] ... agressão, apoiada pelos soviéticos", dos sandinistas,²⁸ cuja missão era, em si mesma, um ato de agressão, posto que contrariava as exigências norte-americanas.

Ná falta de documentos internos da União Soviética, só nos resta especular se os ominosos "desígnios do Kremlin" foram de fato coibidos pelo poderio militar ocidental; os dados disponíveis não chegam a ser convincentes. O efeito dissuasivo do poderio soviético nos desígnios norte-americanos também é, em grande parte, uma questão de especulação.²⁹ O exemplo mais claro de sucesso da dissuasão pelo medo foi fornecido por Cuba, caso em que os EUA ficaram restritos ao terrorismo internacional em larga escala, em vez da invasão direta, depois que a crise dos mísseis fez o mundo aproximar-se perigosamente da guerra nuclear; segundo o julgamento dos participantes, como é compreensível, esse não é um exemplo que figure com destaque na bibliografia ocidental sobre a intimidação nuclear. Tanto no registro secreto quanto no público, os novos sistemas de armamentos norte-americanos foram justificados pela necessidade de superar a intimidação soviética, que poderia "impor maior cautela a nossa política da guerra fria", em virtude do temor da guerra nuclear (Paul Nitze, memorando NSC 141, 1953). Como potência global, os EUA frequentemente intervinham em regiões em que lhes faltava a vantagem convencional da força. Assim, a postura militar de intimidação era necessária para proteger essas operações. Pouco antes de se tornar diretor da Agência de Controle de Armas e Desarmamento, no governo Reagan, Eugene Rostow observou que as forças estratégicas nucleares forneciam um "escudo" para a busca dos "interesses globais" norte-americanos, por "meios convencionais ou forças de operações militares"; estas, portanto, "tornaram-se instrumentos significativos do poder militar e político", acrescentou Harold Brown, ministro da Defesa do governo Carter.³⁰

Deixando de lado as complexidades de segunda ordem, a Guerra Fria foi, para a URSS, primordialmente uma guerra contra seus satélites, e, para os EUA, uma

guerra contra o Terceiro Mundo. No caso de ambos, ela serviu para consolidar um determinado sistema de privilégio e coerção no âmbito nacional. As medidas políticas buscadas no contexto da Guerra Fria foram pouco atraentes para a população em geral, que só as aceitou sob coação. Ao longo da história, o recurso típico para mobilizar as populações relutantes tem sido o medo de um inimigo maléfico, empenhado em destruí-la. O conflito das superpotências prestou-se admiravelmente para esse fim — tanto nas necessidades internas, como vemos na retórica febril dos documentos prioritários do planejamento, a exemplo do memorando NSC 68, quanto na propaganda pública. A Guerra Fria teve uma utilidade funcional para as superpotências, o que foi uma das razões pelas quais persistiu.

Agora, um dos lados saiu do jogo. Se tivémos em mente a Guerra Fria histórica, e não o constructo ideológico, sabemos que não é verdade que ela tenha terminado. Antes, talvez esteja semi-encerrada; Washington continua a jogar como antes.

Esse aspecto não é ocultado. Ao descrever o novo orçamento do Pentágono, em janeiro de 1990, a imprensa relatou que, “na opinião do secretário da Defesa, Dick Cheney, que é compartilhada pelo presidente Bush, os Estados Unidos continuarão a necessitar de uma Marinha poderosa [e de forças intervencionistas em geral] para lidar com conflitos súbitos, que ameaçam alastrar-se, e com ameaças aos interesses norte-americanos em lugares como a América Latina e a Ásia”. O relatório da Estratégia de Segurança Nacional enviado ao Congresso dois meses depois descreveu o Terceiro Mundo como um palco provável de conflitos:

Numa nova era, antevemos que nosso poderio militar continuará a ser um esteio essencial do equilíbrio global, porém com menos proeminência e de maneiras diferentes. Encendemos que as demandas mais prováveis de utilização de nossas forças militares talvez não envolvam a União Soviética e se situem no Terceiro Mundo, onde é possível que novas aptidões e abordagens se façam necessárias (...)

como “quando o presidente Reagan orientou as forças navais e aéreas norte-americanas a retornarem [à Líbia] em 1986”, a fim de bombardear alvos civis urbanos, guiadas pelo objetivo de “contribuir para um ambiente internacional de paz, liberdade e progresso, no qual nossa democracia — e outras nações livres — possam florescer”.³¹

Além disso, “[a] crescente sofisticação tecnológica dos conflitos do Terceiro Mundo imporá sérias exigências a nossas forças” e poderá “continuar a ameaçar os interesses dos EUA”, mesmo sem “o pano de fundo da competição das superpotências”. Por tais razões, deveríamos garantir os meios de deslocar forças baseadas nos Estados Unidos, “para reforçar nossas unidades avançadas ou projetar poder em áreas em que não temos uma presença permanente”, em especial no Oriente Médio, em virtude da “dependência em que está o mundo livre do fornecimento de energia dessa região axial”, onde as “ameaças aos nossos interesses”, que exigiram um engajamento militar direto, “não poderiam ser imputadas ao Kremlin. (...) No futuro, é esperável que as ameaças não soviéticas a esses interesses exijam uma atenção ainda maior”. Na realidade, a “ameaça aos nossos interesses” sempre foi o nacionalismo local, fato às vezes reconhecido — como quando o arquiteto da Força de Mobilização Rápida (depois, Comando Central) do presidente Carter, a qual visava primordialmente o Oriente Médio, depôs no Congresso, em 1980, declarando que sua utilização mais provável não seria resistir a um ataque soviético (sumamente improvável), mas lidar com a agitação nacional e regional, em particular com o “nacionalismo radical”, que sempre foi uma preocupação básica.³² Note-se que os planos do governo Bush foram apresentados bem antes da invasão do Kuwait pelo Iraque e da crise subsequente, em agosto de 1990 — na verdade, numa época em que o Iraque ainda era um amigo prestigiado.

O relatório da Estratégia de Segurança Nacional enfatizou ainda que os EUA deveriam estar preparados para Conflitos de Baixa Intensidade, envolvendo “ameaças de ordem inferior, como o terrorismo, a subversão, a insurgência e o tráfico de drogas, [que] vêm ameaçando os Estados Unidos, seus cidadãos e seus interesses de novas maneiras. (...) O conflito de baixa intensidade envolve a luta de princípios e ideologias rivais abaixo do nível da guerra convencional”, e nossas forças militares devem ser capazes de lidar eficazmente com toda a gama de ameaças, inclusive a insurgência e o terrorismo. (...) As forças terão que se adaptar ao ambiente austero, à estrutura inatua das bases e às áreas significativas que comumente se encontram no Terceiro Mundo. (...) O treinamento e a pesquisa e desenvolvimento deverão ser mais compatíveis com as necessidades dos conflitos de baixa intensidade

— isto é, em termos cruciais, com a contra-insurgência no Terceiro Mundo.

Também será necessário fortalecer “a base industrial da defesa”, criando in-

centivos "para se investir em novas instalações e equipamentos, bem como na pesquisa e desenvolvimento", questão que "será de importância especial numa era em que tenderá a haver um declínio das aquisições globais. (...) Nossa meta é ir além do refreamento, buscando a integração da União Soviética no sistema internacional como um parceiro construtivo" em áreas como a América Central, que "continua a ser um fator de perturbação nas relações americano-soviéticas" e onde "julgamos a União Soviética responsável pelo comportamento de seus clientes", Cuba e a Nicarágua, que continuam a perturbar a paz e a ordem — isto é, a obedecer às ordens dos EUA.

Os currículos das escolas militares começaram a se modificar em consonância com isso. Assim, a Escola de Guerra Naval anunciou que seu currículo e suas manobras de guerra enfatizariam a guerrilha urbana, o terrorismo e as crises "de baixa intensidade", usando modelos como a invasão do Panamá. Um novo tipo de conflitos "de média intensidade", com inimigos poderosos no Terceiro Mundo, também exigiria atenção especial, dada a continuação da necessidade vital de "projetar poder em outras regiões e manter o acesso a mercados e recursos distantes" (senador William Cohen, do Comitê das Forças Armadas).³³

Essas mesmas questões foram abordadas pelo comandante geral do Corpo de Fuzileiros Navais, A. M. Gray. O término da Guerra Fria apenas reorientaria nossa política de segurança, advertiu ele, mas não a modificaria significativamente. "Na verdade, a maioria das crises a que respondemos desde o fim da Segunda Guerra Mundial não envolveu diretamente a União Soviética", fato que agora pode não apenas ser admitido — visto que a ameaça soviética perdeu sua eficácia para o controle da população no âmbito nacional —, como deve também ser frisado, para garantir que possamos agir como antes quando houver "ameaças aos nossos interesses". O conflito norte-sul é a grande linha de fratura:

A crescente insatisfação do mundo subdesenvolvido com a distância entre as nações ricas e pobres citará um terreno fértil para as insurreições. Tais insurreições têm o potencial de pôr em risco a estabilidade regional e nosso acesso a recursos econômicos e militares vitais. Essa situação se tornará mais crítica à medida que nossa nação e seus aliados, bem como os adversários potenciais, se tornarem cada vez mais dependentes desses recursos estratégicos. Se quisermos ter estabilidade nessas regiões, conservar o acesso a seus recursos, proteger nossos cidadãos no ex-

terior, defender nossas instalações vitais e reprimir os conflitos, deveremos manter em nossa estrutura de forças em serviço ativo uma capacidade confiável de projeção de poder militar, com flexibilidade para reagir aos conflitos em todo o espectro da violência no globo inteiro.

É crucial preservarmos nosso "acesso irrestrito" aos "mercados econômicos em desenvolvimento no mundo inteiro" e "aos recursos necessários para sustentar nossos requisitos industriais". Portanto, precisamos de "uma capacidade confiável de entrada forçada", com forças que "deverão ser realmente expeditionárias" e capazes de executar uma ampla variedade de missões, desde a contra-insurgência e a guerra psicológica até a mobilização de "forças com múltiplas divisões". Também devemos ter em mente os avanços tecnológicos em rápido crescimento na fabricação de armas, bem como sua disponibilidade para as novas potências regionais que estarão surgindo em todo o Terceiro Mundo, razão por que deveremos desenvolver aptidões militares que explorem toda a extensão da eletrônica, da engenharia genética e outras biotecnologias, e assim por diante, "se nossa nação tiver a intenção de manter a credibilidade militar no próximo século".³⁴

Esses são temas conhecidos. Reexaminando o raciocínio estratégico do presidente Eisenhower, o historiador documentalista Richard Immerman observou que ele "considerava um artigo de fé que a força e a segurança da América dependiam de ela preservar o acesso aos mercados e recursos globais — a rigor, o controle deles —, particularmente no Terceiro Mundo". Como outros planejadores raciais, ele presumia que o Ocidente estava a salvo de qualquer ataque soviético e que esses temores eram "produto da imaginação paranoica". Mas a periferia "era vulnerável à subversão", e os russos, escreveu Eisenhower, "estão se aproximando muito mais das massas [do Terceiro Mundo] do que nós", sendo hábeis na propaganda e noutras métodos "que têm um apelo direto junto às massas".³⁵ Essas são as características comuns do histórico do planejamento, ainda mais claramente visíveis do que antes, agora que a imagem de uma União Soviética expansionista e agressiva perdeu sua credibilidade.

Dito em termos mais simples, a guerra contra o Terceiro Mundo continuará e a União Soviética continuará a ser rotulada de agressora, caso venha a atrapar-lhar. Gorbachov deve ser induzido a levar adiante sua "Nova Conceção", que transformará a URSS numa colaboradora dos planos norte-americanos para a ordem mundial, mas Washington deverá persistir em sua "Velha Conceção". Além

disso, não pode haver um "dividendo da paz" que seja substancial. E, visto que o Terceiro Mundo vem atingindo tais alturas na sofisticação tecnológica, precisaremos de forças militares de alta tecnologia para dissuadi-lo e refreá-lo. Felizmente, ainda haverá muitos negócios para a indústria eletrônica.

As mudanças do orçamento deverão adaptar-se a uma organização militar intensiva em capital, a fim de que ela possa cumprir sua função junto à indústria de ponta. As alternativas aos gastos militares são teoricamente possíveis, mas — como o emprestado compreendeu desde a origem da Guerra Fria — tendem a surgir efeitos indesejáveis: interferir nas prerrogativas dos empresários, mobilizar o eleitorado popular, com isso ampliando a "crise da democracia", redistribuir a renda e assim por diante. O problema não é de teoria econômica pura, mas de poder e privilégio, bem como de suas estruturas institucionais específicas. Os defensores da conversão estarão combatendo moinhos de vento, se não enfrentarem esses problemas fundamentais.

O mesmo se aplica aos adversários da intervenção, se eles se ativerem ao arcabouço da compreensão convencional. É uma brincadeira de criança, portanto, demolir as justificativas clássicas: promover a democracia e a segurança nacional. Assim, alguns dos que se dedicaram a esse exercício concluíram que a intervenção no Terceiro Mundo "nunca fez sentido, nem mesmo no auge da Guerra Fria", e certamente não o faria agora, donde poderíamos suspender as guerras homicidas que temos patrocinado no Camboja, em Angola, no Afeganistão e em El Salvador, e reduzir radicalmente nossas forças de intervenção.³⁶ Levando esse argumento um passo adiante, observamos que praticamente toda a classe política tem apoiado a intervenção, exceto quando ela se revela cara demais para nós. Daí se deduz, portanto, que ou a estupidéz e a incompetência têm sido um requisito inicial para se entrar na liderança política, na "especialização" reconhecida, na respeitabilidade na mídia e coisas similares, ou as razões alegadas não são as verdadeiras. Visto que a primeira dessas conclusões dificilmente seria digna de crédito, passamos para a segunda, com isso reconhecendo que a análise não é pertinente, servindo para consolidar ilusões que deveríamos jogar fora. As verdadeiras razões da intervenção, sejam elas persuasivas ou não em determinados casos, têm estado longe de ser insensatas.

Os argumentos atuais a favor das forças intervencionistas, como no relatório da Estratégia de Segurança Nacional, revelam que o sistema ideológico está esgotando seus pretextos para recorrer à subversão e à força bruta nos assuntos inter-

nacionais e às medidas militares keynesianas no plano nacional. A defesa contra as hordas stalinistas já não convence. O problema do desaparecimento do pretexto foi reconhecido anos atrás, mas os esforços da década de 1980 para superá-lo — invocando terroristas árabes lunáticos ou narcotraficantes hispânicos, por exemplo — têm vida muito curta para serem realmente eficazes. Assim, torna-se necessário reconhecer que o próprio Terceiro Mundo é o verdadeiro inimigo. Se a ameaça primordial do comunismo era a transformação das nações comunistas "de maneira que [reduzissem] sua disposição e sua capacidade de complementar as economias industrializadas do Ocidente" (ver p. 44), o mesmo se aplica ao "nacionalismo radical" em geral — fato que não escapou aos planejadores e aos analistas estratégicos. A gravidade do problema varia de uma região para outra, continuando o Oriente Médio a ser a principal preocupação no Terceiro Mundo, em virtude de seus incomparáveis recursos energéticos. De acordo com a opinião do memorando NSC 68, porém, nenhum canto do mundo é tão pequeno e insignificante que possa ser desconsiderado sem que haja nenhum perigo.

3. Antes e depois

Nesse contexto, podemos voltar-nos para outra questão levantada no início: em que aspectos os eventos e práticas típicos da Guerra Fria diferiram do que veio antes? O sistema bipolar era novo e deu um sabor diferente às práticas tradicionais, além de lhes ampliar o alcance. Mas as semelhanças solapam ainda mais a credibilidade da imagem convencional.

Do lado soviético, durante meio milênio, os governantes do Grão-ducado de Moscou estenderam sua dominação sobre "todas as Rússias", criando um imenso Estado imperial, embora ele fosse muito mais atrasado do que a Europa Ocidental, além de incapaz de reduzir essa disparidade, e embora, em 1914, tenha-se "transformado numa possessão semicolonial do capital europeu".³⁷ Os adeptos da linha dura apressam-se a lembrar às vítimas da "mania Gorbachov" que, "como grande potência, a Rússia dispôs seus exércitos com freqüência na Europa e esmagou repetidamente os levantes populares na Europa Central", reprimindo a revolução húngara de 1956 e a democracia tcheca em 1968, exatamente como "as tropas russas reprimiram sanguinariamente a revolução húngara de 1848-49 e sufocaram com violência os levantes da Polónia em 1831, e novamente em 1863-64.

(...) Tropas soviéticas ocuparam Berlim em 1945; tropas soviéticas ocuparam e incendiaram Berlim em 1760". E, de fato, "em busca dos interesses da Rússia como grande potência, as tropas russas apareceram em muitos lugares onde as tropas soviéticas ainda não estiveram", inclusive na Itália e na Suíça, escreveu Samuel Huntington.³⁸ "Não se pode presumir", prosseguiu ele, que os soviéticos não "voltem aos maus hábitos do passado"; a inclusão da ocupação soviética de Berlim em 1945 entre esses "maus hábitos do passado" talvez reflita a tendência atual a dar credibilidade à afirmação nazista de estar defendendo a civilização ocidental da ameaça bolchevique.

Quanto aos Estados Unidos, deixando de lado a escala, as mudanças induzidas pela Guerra Fria foram retóricas, em grande parte. Desde 1917, a intervenção tem ocorrido em legítima defesa contra a ameaça soviética — inclusive a intervenção na própria Rússia, logo depois da revolução bolchevique, e o apoio clandestino aos exércitos criados por Hitler na Ucrânia e na Europa Oriental até a década de 1950.³⁹ Antes da revolução bolchevique, outros atos semelhantes foram praticados, mas por medo de outras ameaças. Quando Woodrow Wilson invadiu o México e Hispaniola (Haiti e República Dominicana) — onde seus soldados assassinaram e destruíram, praticamente restabeleceram a escravidão, demoliram o sistema político e puseram esses países firmemente nas mãos de investidores norte-americanos —, esses foram atos praticados em legítima defesa contra os boches. Em anos anteriores, as conquistas e intervenções foram praticadas em defesa contra a Grã-Bretanha, a Espanha ou os "implacáveis Índios selvagens" da Declaração da Independência — na verdade, contra qualquer um que se tornasse um estorvo.

Os pensadores ilustres nunca tiveram dificuldade de identificar os culpados. Nos primeiros anos da república, o reverendo Timothy Dwight, presidente do Yale College, além de autor respeitado e expoente dos valores puritanos, dedicou um poema ao massacre selvagem dos Índios Pequots. Os colonos viam-nos "com olhos generosos", escreveu Dwight, e se esforçaram por lhes conquistar a amizade, mas foram impedidos por "vis demônios canadenses" e, sendo assim, não tiveram alternativa senão massacrá-los, homens, mulheres e crianças. Thomas Jefferson atribuiu ao inimigo inglês o fracasso do "plano benevolente que vinhamos seguindo aqui, em prol da felicidade dos habitantes aborígenes de nossas imediações"; a política interessada e sem princípios da Inglaterra frustrou todos os nossos esforços de salvação desses povos infelizes" e os "seduziu" a "erguerem a machadinha contra nós". Foram os ingleses, portanto, que "agora nos obrigam a

perseguir-nos até o extermínio, ou a expulsão para novas sedes fora do nosso alcance". Logo, os ingleses, e não nós, foram responsáveis pela "comprovada brutalização, se não pelo extermínio dessa raça em nossa América (...)". Usando as mesmas alegações, Jefferson exortou à vitória no Canadá numa carta enviada a John Adams, que concordou, escrevendo: "Uma nova vitória no Canadá acalmará os Índios para sempre e será uma bênção tão grande para eles quanto para nós."⁴⁰

A mesma teoria foi adotada quando o general Andrew Jackson devastou a Flórida, praticamente aniquilando grande parte de sua população nativa e colocando a província espanhola sob o controle dos Estados Unidos. Sua campanha homicida na Guerra dos Seminolas foi defendida por John Quincy Adams numa carta a George Erving, ministro da representação diplomática na Espanha, carta esta que "foi há muito reconhecida como um dos mais importantes documentos estatís na história das relações exteriores norte-americanas" (William Earl Weeks). Esse documento deixou em Thomas Jefferson a impressão de estar "entre os mais competentes que já vi, tanto na lógica quanto no estilo", julgamento este com que concordaram os historiadores modernos. Tão impressionado ficou Jefferson com essa diatribe racista, justificadora da agressão e da brutalidade de Jackson, que exortou a sua ampla distribuição, "para manter na Europa uma opinião correta sobre nossa moral política".⁴¹

A verdadeira motivação da guerra foi o expansionismo, bem como o "uso da Flórida como um refúgio por Índios e escravos norte-americanos", que era "ultra-jante, do ponto de vista norte-americano", segundo observou Weeks. Mas, nessa defesa inicial do Destino Manifesto, da eliminação dos Índios, da escravidão, da violação de tratados e do uso da força militar sem aprovação do Congresso, Adams justificou a agressão nos termos costumeiros da legítima defesa. O erro estava nas maquinações da Inglaterra na Flórida, escreveu ele, primeiro durante a guerra de 1812, quando agentes britânicos haviam incentivado "todos os negros fugidos, todos os Índios selvagens, todos os piratas e todos os traidores do país (...) a se juntarem a suas bandeiras e travarem uma guerra de extermínio" contra os Estados Unidos; e, mais tarde, depois de "essa guerra negro-indígena contra nossas fronteiras ter sido reacendida" por tais criminosos britânicos (dois dos quais foram executados), os "habitantes pacíficos" dos Estados Unidos foram "submetidos a todos os horrores da guerra selvagem" por "hordas mistas de Índios e negros sem lei". Além disso, "desde a época do estabelecimento de nossa independência até hoje, todas as guerras indígenas com que nos vimos atormentados foram niti-

damente atribuíveis à instigação de negociantes ou agentes ingleses". Adams apelou para o direito internacional para justificar, contra "um inimigo desumano", atos como a execução de prisioneiros. Citando fontes setecentistas, observou: "A justificação desses princípios encontra-se em sua eficácia salutar, no tocante ao terror e ao exemplo."⁴²

Como faria Dean Acheson, muitos anos depois, Adams reconheceu que, em empreitadas como essa, era boa idéia falar de um modo "mais claro do que a verdade"; na versão de Adams, "mais valia errar por vigor do que por fraqueza". Ao fazê-lo, ele "promoveu muitos dos mitos que foram essenciais para aplacar os estúpidos de uma nação moralista, que primeiro se expandiu por um continente e, depois, pelo mundo inteiro", comentou Weeks.⁴³

Quando não se podiam encontrar prontamente vis demônios estrangeiros, era possível invocar a inferioridade dos que se colocavam em nosso caminho. Em sua mensagem anual de 1851, Peter Burnett, governador da Califórnia, observou "que continuará a ser travada uma guerra de extermínio entre as duas raças, até que a raça indígena seja extinta". Conquanto só se pudesse prever esse desfecho com "doloroso pesar, o destino inevitável dessa raça escapa à evitação pelo poder e pela sabedoria do homem". As terras mexicanas deviam ser tomadas a bem da humanidade, como escreveu Walt Whitman: "Que tem a ver o México miserável e ineficiente (...) com a grande missão de povoar o Novo Mundo com uma raça nobre?" Nossas conquistas poderiam "retirar os grilhões que impedem os homens de ter uma chance imparcial de ser bons e felizes". Os mexicanos eram descritos pelos viajantes como "uma raça de homens imbecis e pusilânimes, incapazes de controlar os destinos da bela região" da Califórnia, que pertencia por direito aos anglo-saxões, nas fantasias racistas do século XIX — comparilhadas, entre outros por Charles Darwin, que achou que "Parece haver muito de verdade na crença em que o maravilhoso progresso dos Estados Unidos, bem como o caráter de seu povo, foram resultado da seleção natural".⁴⁴

Em toda essa história, a verdade é que o inimigo real era a população indígena dos territórios dos quais ela fora expulsa, ou onde deveria permanecer na condição de súdita; e inimigas também eram as outras nações que interferissem em nosso direito de tratar essas almas indignas de acordo com nossos desejos. Em algumas ocasiões, os fatos foram reconhecidos, como quando Robert Lansing, secretário de Estado de Wilson, explicou, com a aquiescência do presidente, que

Em sua defesa da Doutrina Monroe, os Estados Unidos levam em consideração seus próprios interesses. A integridade das outras nações americanas é um incidente, não um fim. Ainda que isso pareça basear-se apenas no egoísmo, o autor da Doutrina não teve motivação superior nem mais generosa em sua declaração.

O problema central prosseguiu Lansing, era eliminar o controle europeu do "território americano e de suas instituições, por meios financeiros e outros". A prática de Wilson coadunou-se com esse princípio, por exemplo, ao excluir a Grã-Bretanha das concessões de petróleo da América Central; desde os primeiros anos do século XX, o controle sobre o petróleo foi reconhecido como uma alavanca de grande poder nas questões mundiais, para não falar no rico fluxo de lucros. Além disso, o grande apóstolo da autodeterminação não fez nenhum novo avanço.⁴⁵

Depois da Segunda Guerra Mundial, a grande mudança foi que os Estados Unidos ficaram em condições de aplicar esses princípios numa extensão muito maior; e, é claro, o Império do Mal de que o país tinha que se defender já não eram os boches nem os britânicos.

Para a população do Terceiro Mundo, a ameaça representada pelos agentes dos temíveis inimigos estrangeiros para a segurança norte-americana parece difícil de reconhecer. Quando o governo Kennedy tentou organizar uma ação coletiva contra Cuba, em 1961, um diplomata mexicano comentou: "Se declararmos publicamente que Cuba é uma ameaça a nossa segurança, quaranta milhões de mexicanos vão morrer de ri."⁴⁶ Os ocidentais sofisticados, entretanto, reagiram com a sobriedade e a preocupação adequadas.

Oficialmente terminada a Guerra Fria, as práticas norte-americanas continuam como antes, mas em legítima defesa contra outros inimigos. Quando o governo Bush invadiu o Panamá, em dezembro de 1989, foi impossível invocar o Império do Mal. Assim, lançou-se a "Operação Causa Justa" para nos defender dos narcotraficantes que estavam tentando destruir-nos, entre outros pretextos.⁴⁷

Essas continuidades revelam também que a compreensão convencional mais constitui um disfarce retórico do que uma tese séria.

4. Bolcheviques e moderados

A despeito das continuidades, o ano de 1917 assinalou uma ruptura crucial na política. As intervenções anteriores tinham mostrado um caráter um tanto

ad hoc e oportunista, sendo destinadas à expansão territorial ou à obtenção de vantagens comerciais, ou servindo para desviar e afetar rivais europeus. Mas a guerra mundial acarretou uma situação inteiramente nova e, com ela, um arcabouço ideológico sistemático e coerente para as intervenções no mundo inteiro.

Enquanto a Europa avançava para a autodestruição, os Estados Unidos tornaram-se, pela primeira vez, uma potência global de influência decisiva. E a revolução bolchevique proporcionou ao país um inimigo global — não por causa do poderio russo, que era insignificante, mas pelo desafio ideológico “à própria sobrevivência da ordem capitalista” (Gaddis). Não houve dúvidas quanto à resposta a ser dada a um desafio dessa escala e magnitude. Ela foi claramente formulada pelo senador Warren Harding, que logo se elegeu presidente da república: “O bolchevismo é uma ameaça que deve ser destruída (...) a fera bolchevique [sem que se] morra.”⁴⁸

Estando em jogo a própria sobrevivência do sistema vigente de privilégio e dominação, qualquer desafio a ele, em qualquer lugar, tinha que ser encarado com extrema seriedade. De preferência, qualquer um que ameaçasse a ordem reinante deveria ser retratado como um apêndice da fera, um comunista disfarçado ou um títere do bolchevismo. E os que enfrentavam a fera ou seus tentáculos extensos tornavam-se “moderados”, rótulo que foi estendido a uma vasta gama de tiranos e assassinos em massa, desde que eles cumprissem sua função. Esses moderados variaram em suas opções táticas. Alguns preferiram experimentar reformas para expulsar a fera, apelando para medidas mais severas quando estas falhavam. Outros desdenharam do desvio reformista e preferiram minar diretamente no coração. Dentro dos Estados Unidos, a reação ao desafio foi desde a repressão rigorosa da dissidência e dos trabalhadores (a Ameaça Vermelha de Wilson e seus sucessores habituais) até uma variedade de meios mais sutis. No exterior, as táticas foram adaptadas à natureza específica do desafio, mas seguindo o princípio de que a fera tinha que ser morta. Esse arcabouço ideológico geral, assim como as realidades sociopolíticas que ele refletia, deram à intervenção um cunho muito diferente dos anos anteriores.

O novo arcabouço foi elaborado, primeiramente, em reação aos acontecimentos do pós-guerra na Itália, na periferia da ordem industrial do Ocidente. O padrão então estabelecido vem sendo regularmente replicado noutros lugares até hoje. Por isso, merece um certo esmiuçamento.

Com a ascensão da militância trabalhista, a Itália passou a representar “o perigo evidente da revolução e da desorganização sociais”, como determinou uma investigação de alto nível do governo Wilson em dezembro de 1917. “Se não tomarmos cuidado, teremos uma segunda Rússia nas mãos”, observou em caráter privado um alto funcionário do Departamento de Estado, acrescentando: “Os italianos são como crianças” e “devem ser mais [conduzidos] e auxiliados do que quase qualquer outra nação”. Os Camisas Negras de Mussolini resolveram o problema pela violência. Realizaram “uma bela revolução jovem”, observou em tom aprovador o embaixador americano, referindo-se à marcha de Mussolini sobre Roma em outubro de 1922, episódio que pôs fim à democracia italiana. Os assedados fascistas acabaram efetivamente com a agitação trabalhista, com a ajuda do governo, e o desvio da democracia foi encerrado. Os Estados Unidos observavam com aprovação. Os fascistas “talvez [sejam] o fator mais poderoso na eliminação do bolchevismo na Itália” e melhoraram muito a situação geral, relatou a embaixada a Washington, ao mesmo tempo que extirpava uma certa ansiedade residual a respeito dos “rapazes entusiasmados e violentos” que haviam acarretado essas mudanças salutaras. A embaixada continuou a discorrer sobre a atração exercida pelo fascismo em “todos os italianos patrióticos”, uma gente simples que “tem sede de uma liderança forte e gosta (...) de ser governada com dramaticidade”.⁴⁹

Enquanto as trevas do fascismo desciam sobre a Itália, o apoio financeiro do governo e do empresariado norte-americanos elevou-se rapidamente. Ofereceu-se à Itália, sem sombra de dúvida, o melhor acordo de quitação da dívida do pós-guerra concedido a qualquer país, e os investimentos dos EUA em solo italiano cresceram muito mais depressa do que em qualquer outra nação, à medida que o regime fascista se foi estabelecendo, eliminando a agitação dos trabalhadores e outros distúrbios democráticos.⁵⁰

Os líderes trabalhistas norte-americanos encararam esses acontecimentos com um olhar geralmente favorável. O periódico *American Federationist*, editado por Samuel Gompers, presidente da Federação Americana do Trabalho (AFL), saudou a chegada do fascismo como um baluarte contra o comunismo e um movimento “capaz de uma ação decisiva em escala nacional”, que estava “reconstruindo rapidamente uma nação de úteis unidades colaboradoras” — as associações fascistas de Mussolini, que subordinavam a mão-de-obra ao capital e ao Estado. O jornal da AFL julgou essas agradações “uma substituição bem-vinda dos antigos sindicatos industriais, infestados de bolcheviques”, segundo comentou Ronald

Filippelli. O ativismo de Mussolini também era atraente. "Por mais repugnante (...) que seja a idéia da ditadura e do homem a cavalo", prosseguiu o jornal, "ao menos os sindicalistas norte-americanos considerarão possível ter certa simpatia pela política de um homem cujo objetivo dominante é fazer alguma coisa; fazer, em vez de teorizar; construir uma civilização trabalhadora e produtiva, em vez de uma agregação desorganizada e teoricante de grupos em conflito", numa sociedade dilacerada pelo conflito de classes.⁵¹ Mussolini fez os seus andares no horário, como dizia o clássico clichê. A repressão das instituições trabalhistas e democráticas não era um prego alto demais por essa conquista, segundo a visão da AFL.

Mussolini foi retratado como um "moderado" de inenso apelo popular, que havia trazido a administração eficiente e a prosperidade, matando a fera e abrindo as portas para os investimentos lucrativos e o comércio. Num reflexo das atitudes comuns na comunidade empresarial, Thomas Lamont, sócio da J. P. Morgan, descreveu-se como "uma espécie de missionário" do fascismo italiano, expressando sua admiração por Il Duce, "um sujeito muito honrado", que "fez um grande trabalho na Itália", e também pelas "idéias sensatas" que o norteavam no governo daquele país. Otto Kahn, da Kahn, Loeb & Co., enalteceu ainda os fascistas por terem posto fim às "disputas parlamentares e à burocracia impotente e perdulária", e por introduzirem "um espírito de ordem, disciplina, trabalho árduo, devoção patriótica e fé", sob "a orientação lúcida e magistral desse homem notável que é Benito Mussolini". A embaixada norte-americana ficou particularmente impressionada com o fato de "não ter havido uma só greve em toda a Itália" desde a tomada do poder pelos fascistas.⁵²

A embaixada tinha pleno conhecimento das medidas totalitárias de Mussolini.

O fascismo havia "reprimido com eficiência os elementos hostis, ao restringir o direito à liberdade de reunião, abolir a liberdade de imprensa e ter sob seu comando uma grande organização militar", comunicou a embaixada numa mensagem de fevereiro de 1925, depois de um grande artocho fascista. Mas Mussolini continuou a ser um "moderado" que enfrentava virilmente os temíveis bolcheviques, ao mesmo tempo que mantinha à distância a ala extremista da direita. Suas qualificações como moderado estavam implícitas no juízo expresso pelo embaixador Henry Fletcher: na Itália, a escolha se dava "entre Mussolini e o fascismo e Giolitti e o socialismo" — sendo Giolitti o primeiro-ministro liberal que havia colaborado com Mussolini na repressão dos trabalhadores, mas que, nesse momento, tam-

bém se havia transformado num alvo. A população preferia a "paz e a prosperidade" do fascismo à "liberdade de fala, ao governo frouxo (...) [e] ao perigo e desorganização do bolchevismo", no dizer de Fletcher. Frank Kellogg, então secretário de Estado, juntou-se a ele na rotulação de todos os grupos de oposição como "comunistas, socialistas e anarquistas". O diretor da Divisão Europeia Ocidental do Departamento de Estado, William Castle, reconheceu, em 1926, que "os métodos do Duce nada têm dos métodos norte-americanos", porém "métodos que decerto não atraíam este país [os EUA] podem facilmente atrair um povo de constituição muito diferente, como são os italianos". Il Duce e seus métodos eficazes conquistaram grande respeito nas comunidades políticas e intelectuais, inclusive nos meios progressistas.⁵³

Quando senador, em 1919, Kellogg havia criticado duramente os "nihilistas" e "anarquistas" nacionais, que "tentam incitar os elementos descontentes deste país à guerra de classes". Como secretário de Estado, ele proibiu a entrada de comunistas no país, porque "esta é a única maneira de tratar esses revolucionários", e juntou no mesmo saco o progressismo de LaFollette, o socialismo, o comunismo e a Organização Mundial dos Industriários (IWW). Kellogg também exigiu que os russos "[parassem] com sua propaganda nos Estados Unidos", como condição para obterem reconhecimento.⁵⁴ Essa era uma doutrina inerentemente natural, dada a natureza ideológica da ameaça "à própria sobrevivência da ordem capitalista" e a exigência de que ela fosse regularmente reiterada, de uma ou de outra forma, em anos posteriores.

À medida que os efeitos da Grande Depressão atingiram a Europa, levando à agitação social e política, a Itália fascista recebeu elogios crescentes, como um bastião da ordem e da estabilidade, livre da luta de classes e dos questionamentos dos trabalhadores e da esquerda. "Os carceranos estão se decarcamanizando", escreveu com assombro a revista *Fortune*, numa edição especial dedicada à Itália fascista, em 1934. Outros concordaram. O embaixador itinerante Norman Davis, do Departamento de Estado, elogiou os sucessos da Itália em comentários feitos no Conselho de Relações Exteriores, em 1933, ao discursar depois que o embaixador italiano havia arrancado aplausos da ilustre platéia, por sua descrição de como a Itália pusera "a casa em ordem. (...) A guerra de classes foi debelada." — por meios aparentemente julgados apropriados. O embaixador de Roosevelt na Itália, Breckenridge Long, também se mostrou cheio de entusiasmo pela "nova experiência de governo" do regime fascista, que "funciona com extremo sucesso

na Itália". Depois da Segunda Guerra Mundial, Henry Stimson (secretário de Estado no governo Hoover e secretário da Guerra no governo Roosevelt) relembrou que ele e Hoover haviam considerado Mussolini "um líder sensato e útil". Na ocasião em que o general Smedley Butler, do Corpo de Fuzileiros Navais, fizera comentários críticos sobre Mussolini, em 1931, Stimson o havia levado à corte marcial, sem fazer o menor esforço para averiguar os fatos. Quando os fascistas obtiveram 99% dos votos na eleição de março de 1934, o Departamento de Estado concluiu que os resultados "demonstram, incontestavelmente, a popularidade do regime fascista". Roosevelt compartilhou de muitas dessas opiniões positivas sobre "aquele admirável cavaleiro italiano", como denominou Mussolini em 1933.⁵⁵

A invasão da Etiópia por Mussolini foi condenada, mas não prejudicou seriamente as relações dos EUA com a Itália fascista. A razão essencial foi fornecida pelo embaixador Long: se Mussolini calasse e o país ficasse "sem orientação, (...) as manifestações violentas do bolchevismo se evidenciariam nos centros industrializados e nas regiões agrícolas em que a propriedade privada ainda prevalece". Um relatório do Departamento de Estado, datado de 1937, concluiu que "o fascismo está se transformando na alma da Itália", havendo "introduzido ordem no caos, disciplina na permissividade e solvência na insolvência". Para "realizar tantas coisas a curto prazo, foram necessárias medidas severas", prosseguiu o relatório. Além disso, tal como a Alemanha sob o governo de Hitler, a Itália estava barrando a influência russa na Espanha durante a guerra civil. Washington havia adotado uma forma de "neutralidade" que equivalia a uma inclinação para o fascismo espanhol, em oposição à república democrática liberal, ao mesmo tempo que se juntava à hostilidade uniforme do Ocidente e de Stalin à revolução libertária popular.⁵⁶

No principal estudo acadêmico sobre esse tema, David Schmitz assinalou que o modelo desenvolvido na Itália, com os fascistas "moderados" ocupando o campo intermediário entre os temidos extremistas de esquerda e de direita, também foi aplicado ao nazismo. Neste, Hitler foi escolhido como o representante dos moderados que prometia "orden social, leis antibolcheviques e proteção para o capital estrangeiro", observou Schmitz. O *chargé d'affaires* norte-americano em Berlim escreveu a Washington, em 1933, dizendo que a esperança da Alemanha estava na "ala mais moderada do partido [nazista], liderada pelo próprio Hitler (...), que atrai todas as pessoas civilizadas e sensatas" e parece exercer "controle" sobre a ala violenta. Em 1937, o Departamento de Estado considerava o fascismo

compatível com os interesses econômicos norte-americanos. Um relatório da Divisão Européia explicou sua ascensão como a reação natural das "classes ricas e média, em legítima defesa", quando as "massas insatisfeitas, tendo à frente o exemplo da Revolução Russa, banderaram-se para a esquerda". Assim, o fascismo "prezisa ter sucesso, caso contrário, as massas, desta vez reforçadas pela classe média desiludida, novamente se voltarão para a esquerda". Somente quando o fascismo europeu atacou diretamente os interesses norte-americanos foi que ele se transformou num inimigo confesso. A reação ao fascismo japonês foi praticamente a mesma.⁵⁷

Embora as nações do Eixo tenham-se tornado inimigas durante a Segunda Guerra Mundial, a estrutura geral de pensamento nunca se modificou realmente. Ao libertarem a Itália meridional em 1943, os Estados Unidos seguiram o conselho de Churchill de que a consideração primordial era prevenir "o caos, a bolchevização ou a guerra civil. (...) Não há nada entre o rei e os patriotas que se uniram a seu redor e o bolchevismo florescente", advertiu Churchill. Os EUA apoiaram o rei, que havia colaborado plenamente com o regime fascista, e a ditadura de direita do marechal Badoglio, um herói de guerra fascista, assim como Roosevelt havia instalado o almirante fascista francês Darlan na África do Norte, em 1942, na primeira área libertada do controle nazista. Henry Stimson e o Departamento de Estado tentaram levar ao poder o líder fascista Dino Grandi, descrevendo esse alto funcionário da ditadura de Mussolini, desde os primeiros anos dela, como um "moderado" entre os Camisas Negras, "conduzido ao [fascismo] pelos excessos dos comunistas"; uma reconstrução da história em moldes similares é conhecida nos círculos direitistas e neonazistas contemporâneos. Na Itália, assim como no mundo inteiro, fascistas e colaboracionistas foram reconduzidos ao poder e a posições de influência pelos libertadores aliados. O objetivo geral era destruir a resistência antifascista, minar as forças populares em que ela se baseava e reconstruir a ordem conservadora tradicional, dessa vez sob o domínio norte-americano.⁵⁸

A distinção entre os "moderados" liderados por Mussolini e os "extremistas" que ele procurara controlar passou a "dominar toda a concepção do Departamento de Estado sobre o fascismo, e ajudou a fornecer a base ideológica para o apoio contínuo a Mussolini durante os anos do entre-guerras", comentou Schmitz. Isso foi tomado como modelo para o apoio a Hitler como líder moderado dos nazistas, e "via a se tornar um padrão de conduta conhecido e quase automático entre

os articuladores da política externa norte-americana, em nome do anticomunismo no século XX".⁵⁹

Esse padrão é particularmente evidente na América Latina, campo tradicional do intervencionismo norte-americano, que assumiu uma nova forma, adotando o novo arcabouço analítico, logo depois da Primeira Guerra Mundial. Até essa ocasião, as intervenções dos EUA tinham sido retratadas como uma reação defensiva contra inimigos europeus, sobretudo a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. Mas, com o poderio estadunidense em ascensão, esses eram antagonistas menos plausíveis, e, como guardiãs da ordem capitalista, os Estados Unidos voltaram-se para o desafio ideológico feito a sua "própria sobrevivência" pela revolução bolchevique de 1917. A revolução mexicana, que caminhava para o nacionalismo econômico, fez erguer-se esse espectro de maneira aguçada. Particularmente omni-noso era o Artigo 27 da Constituição mexicana, que se transformou num grande ponto de discórdia em 1917, em virtude de sua convocação à participação e à direção estatais da economia (sobretudo no desenvolvimento dos recursos naturais) e à subordinação da propriedade privada ao bem-estar geral. A analogia com o bolchevismo foi prontamente traçada, nos moldes duplos de praxe: essas medidas eram uma ameaça direta aos investidores norte-americanos e também podiam incentivar outras pessoas, inclusive elementos internos, a raciocinar em moldes semelhantes (o efeito dominó, em sua variante realista). Em 1918, Henry Fletcher, embaixador dos EUA no México, alertou para o fato de que o objetivo mexicano era "substituir a Doutrina Monroe", donde "a hegemonia dos Estados Unidos neste continente deverá desaparecer"; Fletcher não tardaria a se mudar para a Itália, onde, como vimos, tornou-se porta-voz do fascismo de Mussolini como barreira contra o "bolchevismo" (incluindo o socialismo e o liberalismo). O Artigo 27, escreveu Fletcher ao presidente Wilson em 1919, praticamente acabaria com os investimentos estrangeiros no México.⁶⁰

Alguns anos depois, o secretário de Estado Frank Kellogg declarou que os programas de nacionalismo econômico haviam levado o México "a julgamento perante o mundo" e "criado uma grave situação" para os interesses norte-americanos. Àquela altura, o Departamento de Estado via o México como pouco mais do que um posto avançado do bolchevismo.⁶¹

A advertência de Fletcher a Wilson refletiu o desprezo pelo "México miserável e ineficiente", expressado por Walt Whitman e outros. Os mexicanos não seriam "capazes de seguir adiante" sem os investimentos estrangeiros, acreditava ele,

porque "não têm talento para o desenvolvimento industrial, nem tampouco receberam a formação necessária". Passados alguns anos, o embaixador James Sheffield escreveu sobre "a inutilidade de tentar lidar com uma mente latino-indígena, repleta de ódio pelos Estados Unidos e com sede de vingança, nos mesmos termos em que nosso governo lidaria com um governo civilizado e ordeiro na Europa". Os mexicanos nutriam "um ódio indígena, e não latino, por todos os povos que não se [encontravam] numa reserva. Há pouquíssimo sangue branco no gabinete — ou seja, ele é muito ralo". Outros funcionários falavam da "baixa capacidade mental" que tornava os mexicanos — como os italianos — "sumamente incapazes de autogestão" e "fáceis de dominar" pelos "mestiços" que controlavam o governo. Também os venezuelanos eram tidos como "indolentes", sofrendo de "imaturidade política" e "inferioridade racial", juntamente com outros latino-americanos. Em 1927, Elihu Root, cuja longa carreira de estadista e líder de movimentos pacifistas lhe havia granjeado o Prêmio Nobel, questionou o reconhecimento norte-americano da independência dos países da América Latina, porque os latino-americanos eram "reconhecidamente como crianças e incapazes de sustentar os compromissos concomitantes à independência". A tentativa mexicana de democracia era tão fútil quanto a concessão do direito de voto aos negros depois da Guerra Civil, comentou Root: "um passo lamentável, um erro terrível, a ser acompanhado dos mais graves prejuízos". Quarenta anos depois, seu ilustre sucessor, Dean Acheson, expressou idéias semelhantes aos racistas brancos da África meridional. Root propôs ao México o exemplo da Itália fascista, que vinha desfrutando de um "renascimento da prosperidade, da satisfação e da felicidade sob o governo de um ditador". Um diplomata norte-americano na Venezuela afirmou que se deveria dar "ao péso indígena" "uma forma simples e paternalista de governo", e não uma democracia formal. Elogiou o ditador venezuelano Juan Vicente Gómez, que, diante do exemplo do México, havia "tomado a sábia decisão de que um despotismo benevolente era preferível a uma democracia anárquica".⁶²

Havia quem achasse os nativos menos incorrigíveis. O banqueiro Thomas Lamont era de opinião que, "por mais ignorantes que sejam [os mexicanos], por mais insensatos e indignos de confiança, mesmo assim, quando se investe tempo e paciência, é possível lidar com eles". Sentimentos semelhantes foram expressos em caráter privado também em anos posteriores. O secretário de Estado John Foster Dulles orientou o presidente Eisenhower no sentido de que seria possível fazer os

latino-americanos aceitarem os planos estadunidenses para seu futuro de fontes de matérias-primas e lucros para as empresas dos EUA: "o senhor precisa afegá-los um pouquinho e fazê-los pensar que gosta deles." Seguindo o mesmo raciocínio, o embaixador na Costa Rica, Robert Woodward, recomendou a Washington que a United Fruit Company fosse induzida a oferecer "aos trabalhadores algumas bagatelas de interesse humano, relativamente simples e superficiais, que poderão ter grande efeito psicológico", assim eliminando os problemas com os peões.⁶³

Dado o material humano com que ele tinha que trabalhar, é fácil avaliarmos as vicissitudes do "professor benevolente, mas claramente egocentrado, que distribuiu aos estudantes carentes do mundo a emancipação, através do conhecimento da honradez e do caminho certo" (ver p. 33).

Impressionados com o sucesso do modelo fascista, os Estados Unidos voltaram-se para ditadores e tiranos a fim de afastar a ameaça de mudança social e nacionalismo econômico, então interpretados no contexto do desafio bolchevique mundial à sobrevivência da ordem capitalista. A Venezuela foi um exemplo marcante. O general Gómez, um déspota brutal, gozou de relações razoavelmente boas com os Estados Unidos até o governo Wilson, que se opôs a sua tirania, seu terrorismo e sua corrupção, bem como a sua "preferência pela Alemanha na actual Guerra pelos Direitos da Humanidade", como disse, em 1917, o representante diplomático norte-americano na Venezuela. Entretanto, alguns anos depois, as atitudes mudaram (embora isso não houvesse ocorrido com as práticas de Gómez). Sem se deixar afetar pelo nacionalismo econômico e pelo radicalismo que vinham ameaçando os interesses norte-americanos noutros pontos da América Latina, o déspota oferecia abertamente seu país à exploração estrangeira. A mistura habitual de desprezo racista com antagonismo ao nacionalismo independente bastou para que ele fosse retratado como moderado. Gómez tinha salvado o país de "um conflito entre as classes privilegiadas e a gente comum", havendo o mantido livre do "comunismo ou de outras formas de radicalismo extremo", como informou o *Chicago* norte-americano ao Departamento de Estado, em 1929. "Até que fosse possível confiar em que o povo venezuelano tomaria as decisões certas a respeito de sua orientação política e econômica", escreveu Michael Krann, "e esse momento era tido como situado num futuro muito distante, melhor seria, para todas as partes, que ele fosse mantido a salvo da democracia."⁶⁴

Como se confirma por um exemplo após outro, o nacionalismo econômico desperta a hostilidade dos EUA. Sempre que possível, a culpa foi historicamente

atribuída à conspiração bolchevique para destruir a civilização ocidental. E o culpado, de qualquer modo, tem que ser eliminado. Isso é tão próximo de uma lei histórica quanto permite um mundo complexo.

A questão essencial foi captada no célebre comentário de John F. Kennedy no sentido de que, embora preferíssemos regimes democráticos decentes, se a ecologia fosse entre um Trujillo e um Castro, escolheríamos Trujillo. Basta apenas acrescentar três pontos: (1) o conceito de "um Castro" era muito amplo, estendendo-se a qualquer um que criasse problemas para os "homens ricos que vivem em paz em suas casas", os quais deveriam governar o mundo, de acordo com o aforismo de Churchill, enquanto desfrutavam dos benefícios de seus recursos humanos e materiais; (2) o "Trujillo" escolhido, por mais monstruoso que fosse, seria um "moderado", desde que cumprisse sua função; (3) o "Trujillo" faria uma rápida idêia infeliz de pisar em nossos calos. Essa história foi reencontrada um sem-número de vezes, e o é até hoje. Saddam Hussein é apenas o exemplo mais recente.

O padrão posterior à Primeira Guerra Mundial realmente constituiu um desvio do intervencionismo norte-americano ocorrido numa fase anterior, quando houera menos consciência de si e menos poderio global. Temos todas as razões para esperar que esse padrão persista, com os ajustes que se fizerem necessários depois que o desafio bolchevique houver perdido seus últimos farrapos de credibilidade.

5. Os fundamentos da política

A base da política norte-americana da Guerra Fria é delineada com clareza considerável nos documentos internos do planeamento.⁶⁵ Com uma primazia econômica e militar sem precedentes, os EUA se prepararam para se tornar a primeira potência verdadeiramente global. Como não é de admirar, os dirigentes empresariais e estatais esperavam usar esse poder para conceber uma ordem mundial que atendesse aos interesses por eles representados.

Durante a guerra, os planejadores norte-americanos desenvolveram o conceito de "Macroárea" — uma região entendida como "estrategicamente necessária ao controle mundial", subordinada às necessidades da economia norte-americana. Nos estágios iniciais, a Macroárea foi concebida como um bloco não-alemão,

liderado pelos EUA. Ela deveria incorporar o hemisfério ocidental, o Extremo Oriente e o antigo império britânico, que deveria ser desmantelado, juntamente com outros sistemas regionais, e incorporado ao controle norte-americano. Entretanto, os EUA ampliaram seus próprios sistemas regionais na América Latina e no Pacífico, seguindo o princípio, expresso por Abe Fortas numa discussão interna, de que essas medidas se justificavam "como parte de nossa obrigação para com a segurança mundial (...) o que era bom para nós era bom para o mundo". As autoridades britânicas não se deixaram impressionar, denunciando "o imperialismo econômico dos interesses comerciais norte-americanos, que é muito ativo, sob a capa de um internacionalismo benevolente e avançar", e que vinha "tentando tirar-nos de cena". Quando foi ficando claro que a Alemanha seria derrotada, o conceito de Macrótria se ampliou, a fim de incluir também, tanto quanto possível, a massa terrestre eurásiana. Esses planos gerais foram aplicados a determinadas regiões com muita sistematicidade.

No tocante à União Soviética, os pombois contentaram-se com uma forma de "refreamento" ou contenção em que ela controlasse a maioria das áreas ocupadas pelo Exército Vermelho na guerra contra Hitler. Os falôses⁶⁴ tinham aspirações mais amplas, como ficou expresso na estratégia de rebatimento do memorando NSC 68. A política norte-americana com respeito à União Soviética oscilou entre essas duas posturas ao longo dos anos, refletindo, em parte, o problema de controlar os domínios distantes "defendidos" pelo poderio dos EUA e, em parte, a necessidade de um inimigo crível, para garantir que o público continue disposto a apoiar as intervenções e a subsidiar a indústria de ponta, através do sistema militar.

A Macrótria deveria ter uma estrutura definida. As sociedades industrializadas deveriam recompor-se, restaurando-se boa parte da ordem tradicional, mas ficando dentro do arcabouço abrangente do poderio norte-americano. Elas deveriam organizar-se sob seus "líderes naturais", a Alemanha e o Japão. As primeiras medidas em prol da democratização, durante a ocupação militar, causaram profunda inquietação em Washington e na comunidade empresarial. Foram revertidas no fim da década de 1940, com medidas firmes para debilitar o movimento trabalhista e assegurar a dominação dos setores empresariais tradicionais, ligados ao capital norte-americano. Mais tarde, a Grã-Bretanha passaria por um processo semelhante, como ocorreu nos próprios Estados Unidos.⁶⁵

Os movimentos em direção a uma comunidade econômica européia, segundo se presume, melhorariam o desempenho econômico, harmonizariam todos

os setores sociais com a dominação empresarial e criariam mercados e oportunidades de investimento para as empresas norte-americanas. O Japão deveria converter-se num líder regional, dentro de um sistema global dominado pelos EUA. A idéia de que ele pudesse vir a se tornar um sério concorrente era excêntrica demais, na época, para ser levada em consideração: ainda na década de 1960, o governo Kennedy continuava interessado em encontrar meios de garantir a viabilidade do Japão. Esta foi finalmente criada pela Guerra do Vietnã, que custou caro aos Estados Unidos, mas foi sumamente benéfica para a economia japonesa, como tinha sido a Guerra da Coreia.

Há algumas ilusões surpreendentes quanto a essas questões. Por exemplo, Alan Tonelson, o então editor de *Foreign Policy*, referiu-se ao esforço norte-americano de construir "centros industriais na Europa Ocidental e no Japão, com a esperança declarada de que eles logo rivalizassem com os Estados Unidos". Não houve tal esperança nem tal expectativa. Com respeito ao Japão, por exemplo, o subsecretário do Exército, William Draper, antes vice-presidente da Dillon, Read & Co., que desempenhara um papel preponderante nos esforços de ressuscitar as economias alemã e japonesa, a fim de garantir a dominação das classes empresariais, "considerou duvidoso que o Japão viesse algum dia a vender o suficiente aos Estados Unidos para ganhar os dólares necessários para custear matérias-primas norte-americanas". As ilusões acerca das esperanças dos EUA equiparam-se à crença em que essa nação (ou qualquer outra) entrou em guerra em nome da "defesa da liberdade", crença esta disseminada por James Reston e outros ideólogos.⁶⁷

Em 1947, percebeu-se que a recuperação européia estava indo a pique e que havia necessidade de iniciativas norte-americanas em larga escala, a fim de que ela prosseguisse nos moldes desejados. A primeira grande iniciativa política voltada para esse fim foi o Plano Marshall. Em seu estudo abrangente desse programa, Michael Hogan resumiu sua motivação primordial como sendo o incentivo a uma federação econômica européia muito parecida com os Estados Unidos, com mais de dois bilhões de dólares anuais de ajuda norte-americana, "a fim de evitar o caos econômico, social e político" na Europa, conter o comunismo (o que significa não a intervenção soviética, mas o sucesso dos partidos comunistas nacionais), prevenir o colapso do comércio exportador da América e atingir a meta do multilateralismo". Tal estímulo econômico era necessário "para proteger as iniciativas individuais e a iniciativa privada, tanto no continente europeu quanto nos Estados Unidos". A alternativa seriam as "experiências com a iniciativa socialista

e controles governamentais", que "poriam em risco a iniciativa privada" também nos Estados Unidos. Uma preocupação fundamental era a "escassez de reservas cambiais", que impedia a Europa de comprar produtos manufaturados nos EUA, com graves implicações para a economia interna norte-americana.⁶⁸

A visão de que a reconstrução do capitalismo europeu (e japonês) era essencial para a saúde da ordem econômica norte-americana recapitulou o raciocínio do governo Harding, depois da Primeira Guerra Mundial. O secretário do Comércio, Herbert Hoover, o secretário de Estado, Charles Evans Hughes, e outros planejadores influentes tomaram por certo que a recuperação econômica europeia era essencial para a expansão das exportações norte-americanas. "A prosperidade dos Estados Unidos", declarou Hughes em 1921, "depende largamente dos acordos econômicos que possam ser feitos na Europa" — o que exigia, é claro, que a fera bolchevique fosse eliminada, como proclamara o presidente.⁶⁹

"Do ponto de vista estratégico e geopolítico", observou o historiador da diplomacia Melvyn Leffler, "o impacto do Plano Marshall estendeu-se para além da Europa." A superação da escassez de reservas cambiais, "que motivara originalmente o Plano Marshall", exigia um restabelecimento dos padrões triangulares de comércio mediante os quais a Europa obinha dólares através da aquisição norte-americana de matérias-primas em suas colônias. Assim, o acesso europeu (e japonês) aos mercados e matérias-primas do Terceiro Mundo foi um componente essencial do planejamento estratégico geral, bem como uma condição necessária da realização dos objetivos gerais do Plano Marshall: "beneficiar a economia norte-americana", "corrigir o equilíbrio de poder europeu" em favor dos aliados dos EUA (estatais e de classe) e "promover a segurança nacional norte-americana", entendendo-se por "segurança nacional" o "controle das matérias-primas, da infraestrutura industrial, da mão-de-obra qualificada e das bases militares". As "dimensões estratégicas do Plano Marshall", prosseguiu Leffler, exigiam, portanto, que "o nacionalismo revolucionário fosse impedido fora da Europa, assim como a luta contra o comunismo local tinha que ser sustentada dentro da Europa". Esse era um problema difícil, em vista do prestígio da resistência antifascista, amíde com um forte componente comunista, e do descrédito dos aliados tradicionais dos EUA nas classes empresariais, em decorrência de sua associação com o fascismo. Apesar do "compromisso retórico com a autodeterminação", a política norte-americana exigia que as antigas colônias conservassem seu papel dependente; o mesmo se poderia dizer do compromisso com a democracia, que, se fosse mais do que

retórico, significaria que forças populares a que os EUA se opunham — os comunistas, os democratas radicais, os movimentos trabalhistas e assim por diante — teriam permissão para desempenhar mais do que um papel simbólico na vida política e social. A ajuda do Plano Marshall foi usada para forçar as escolhas políticas, sobretudo na Itália em 1948, e "para obrigar a Europa a desenfaturar os programas de seguridade social, limitar os salários, controlar a inflação e criar um ambiente propício ao investimento de capital — parte dele financiada pelo bolso dos trabalhadores" (Thomas McCormick).⁷⁰

Desde o estágio inicial da Guerra Fria e por razões profundamente arraigadas, os Estados Unidos insistiam num curso contrário à autodeterminação e à democracia, agora os compromissos retóricos. O fato de que tais compromissos eram efetivamente retóricos foi reconhecido pelos planejadores mais cínicos e inteligentes. Dean Acheson, por exemplo, observou que, "para que nossa política atual tenha alguma esperança de sucesso em Formosa [Taiwan], devemos ocultar cuidadosamente nosso desejo de separar a ilha do controle continental", e, se fizermos uma intervenção militar, devemos fazê-la sob o disfarce da ONU "e com a intenção declarada de atender às exigências legítimas de autodeterminação dos formosenses natos".⁷¹

William Borden observou, num estudo importante, que "poucos dólares mudaram de mãos, internacionalmente, durante os programas assistenciais; os dólares foram para os produtores norte-americanos e os produtos foram vendidos ao público europeu" em moedas locais. Borden afirmou ainda que a impossibilidade de o programa assistencial superar a escassez de divisas e a má vontade do Congresso na concessão de verbas adicionais "levaram o secretário de Estado Acheson e seu assistente, Paul Nitze, a substituir a 'estimulação keynesiana internacional' da economia mundial pela 'estimulação militar keynesiana internacional mundial'" — o raciocínio básico que esteve por trás do memorando NSC 68. Alguns segmentos da comunidade empresarial consideraram "óbvio que tanto as economias estrangeiras quanto a nossa são hoje dependentes, acima de tudo, da extensão dos gastos contínuos com armamentos neste país" (*Magazine of Wall Street*, 1952). Os gastos militares norte-americanos proporcionaram um estímulo substancial à produção industrial europeia, e a compra de matérias-primas estratégicas nas colônias europeias reduziu a tal ponto a escassez de divisas, que a ajuda do Plano Marshall à Grã-Bretanha foi suspensa em 1950, ainda que os efeitos a prazo mais longo tenham sido duvidosos, afirmou Hogan.⁷² No caso do Japão,

os gastos militares dos EUA, particularmente na Guerra da Coreia, foram o principal fator da recuperação industrial do país no pós-guerra. A Coreia do Sul beneficiou-se de maneira semelhante da Guerra do Vietnã, como fizeram outros aliados norte-americanos.

O papel do Terceiro Mundo na estrutura da Macrodreça foi o de atender às necessidades das sociedades industrializadas. Na América Latina, como noutras regiões, "a proteção de nossos recursos" tinha que ser uma preocupação fundamental, explicou George Kennan. Como a principal ameaça aos nossos interesses é nativa, prosseguiu ele, devemos reconhecer que "a resposta final talvez seja desagradável" — a saber, "a repressão policial pelos governos locais". "As medidas governamentais rigorosas de repressão" não nos devem causar escrúpulos, desde que "os resultados, no cômputo geral, sejam favoráveis a nossos objetivos". De modo geral, "é melhor ter um regime forte no poder do que um governo liberal, se ele for indulgente e lasso, além de infiltrado por comunistas".⁷³ O termo "comunista" é usado no discurso estadunidense num sentido técnico, referindo-se a líderes trabalhistas, organizadores camponeses, padres que organizem grupos de auto-ajuda e outros elementos com prioridades equivocadas.

As prioridades certas encontram-se resumidas nos documentos altamente sigilosos do nível mais alto do planejamento.⁷⁴ A principal ameaça aos interesses norte-americanos é representada pelos "regimes nacionalistas" que atendem às pressões populares pela "melhoria imediata do baixo padrão de vida das massas" e pela diversificação da economia. Essa tendência vai de encontro não apenas à necessidade de "proteger nossos recursos", mas também ao nosso interesse em incentivar "um clima propício ao investimento privado" e, "no caso do capital estrangeiro, em reparar um lucro razoável". O governo Kennedy identificou a raiz dos interesses norte-americanos na América Latina como sendo, em parte, militar (o canal do Panamá, as matérias-primas estratégicas etc.), porém sobretudo "a raiz econômica, cuja fibra central são os nove bilhões de dólares de investimentos privados norte-americanos nessa área", e as amplas relações comerciais. A necessidade de "proteger e promover o investimento e o comércio norte-americanos" é ameaçada pelo nacionalismo — isto é, pelos esforços de seguir um rumo independente. A preferência é pelos modelos de exportação agrícola, que atendem aos interesses das empresas sediadas nos EUA (a agroindústria, os produtores de pesticidas e fertilizantes etc.), e, nos últimos anos, por uma gama de serviços úteis, como a mão-de-obra barata para as fábricas montadoras.

A ameaça do nacionalismo também é reconhecida no registro público. Assim, depois do golpe bem-sucedido que, com o respaldo da CIA, derrubou o regime parlamentar do Mossadegh nacionalista conservador no Irã, restaurando o xá e deixando as empresas de petróleo norte-americanas com 40% das concessões que antes cabiam à Grã-Bretanha, o *New York Times* comentou, em seu editorial, que tudo isso era "realmente uma boa notícia"; por maior que tivesse sido o curso "para todos os envolvidos" (sobretudo os iranianos), "talvez ainda se constatar que esse episódio valeu a pena, se houver lições a serem extraídas dele". E a lição primordial foi então enunciada, sem meias palavras:

Os países subdesenvolvidos dotados de vastos recursos têm agora uma demonstração prática do alto preço a ser pago, se qualquer deles se deixar enlouquecer por um nacionalismo fanático. Talvez seja demais esperar que a experiência do Irã impeça a ascensão de Mossadeghs em outros países, mas, pelo menos, é possível que essa experiência fortaleça o poder dos líderes mais sensatos e de maior visão.

que tenham uma compreensão clara de nossas prioridades, que a tudo se sobreponham.⁷⁵

Também se reconheceu que os planos concernentes aos países visados seriam impopulares neles, mas, com respeito a suas populações, não havia necessidade de medidas suís de controle. Acobertadas pelos programas governamentais de ajuda externa dos EUA (USAID), as "missões de segurança pública" treinavam as forças policiais locais. O raciocínio, conforme resumido pelo Departamento de Estado, é que a polícia "é a primeira a detectar a insatisfação no povo" e "deve funcionar como um dos principais meios pelos quais o governo se certifica de contar com a aceitação da maioria". Muitas vezes, uma força policial eficaz pode abortar ocorrências indesejáveis, que, de outro modo, exigiriam "uma cirurgia de grande porte" para "minorar tais ameaças". Mas as operações policiais podem não bastar. Por conseguinte, os estrategistas norte-americanos frisaram a necessidade de obter controle sobre as forças militares latino-americanas, descritas como "o menos antiamericano de qualquer grupo político". A tarefa delas, como explicaram os "intelectuais da ação" de Kennedy, seria "retirar de seus cargos os líderes governamentais, sempre que, a juízo dos militares, a conduta desses líderes fosse lesiva ao bem-estar da nação" — uma obrigação que eles deveriam estar preparados para

cumprir, depois que o treinamento norte-americano lhes houvesse proporcionado "a compreensão dos objetivos estadunidenses e a orientação para estes".

Fazendo a missão dos militares converter-se de "defesa hemisférica" em "segurança interna", o governo Kennedy e seus sucessores conseguiram superar o problema do nacionalismo (ou "ultranacionalismo", como ele é às vezes denominado nos documentos do planejamento interno), criando e respaldando Estados de Segurança Nacional segundo um modelo neonazista, com conseqüências bem conhecidas. O objetivo — como explicou Lars Schoultz, o mais eminente especialista acadêmico norte-americano em direitos humanos na América Latina — era "destruir em caráter permanente a ameaça percebida à estrutura vigente de privilégio socioeconômico, eliminando a participação política da maioria numérica (...)", das "classes populares".⁷⁶ O apoio norte-americano a esses regimes seguiu, essencialmente, o modelo da década de 1920 e do fascismo europeu, já discutido.

Note-se que essa é uma variante mais rigorosa das medidas concebidas para as sociedades industrializadas, motivada pela mesma visão de mundo e pelos mesmos ideais sociais e políticos. As medidas mais severas, tidas como apropriadas ao Terceiro Mundo, também ajudaram a superar as preocupações expressas na documentação sigilosa a respeito do excesso de liberalismo dos governos latino-americanos, da proteção dos direitos proporcionada por seus sistemas jurídicos e do livre curso das idéias, os quais solapavam os esforços norte-americanos de doutrinação e controle ideológico. Tudo isso ficava ao lado de outros problemas recorrentes, como o "baixo nível de intelectualização" da Guatemala, deplorado pela CIA em 1965 e ilustrado pelo fato de que "os grupos liberais (...) são exageradamente receptivos a temas ligados ao 'imperialismo ianque'", talvez em decorrência da "prolongada influência política e econômica das empresas norte-americanas de frutas no país, bem como do papel dos EUA na libertação de Castillo Armas" — uma "libertação", através de um golpe de Estado apoiado pela CIA, que derubou o governo democrático popular e reinstalou a tradicional dominação homocida dos militares e da oligarquia. Quando a polícia e os militares não podem ser diretamente controlados, como na Nicarágua pós-Somoza ou no Panamá, é preciso derrubar o governo, instaurar um regime mais submisso e restabelecer um "exército digno", no estilo da Guarda Nacional de Somoza, um favorito de longa data dos Estados Unidos.⁷⁷

Essas políticas constituem dados acertos como fatos; seu objetivo básico não

está sujeito a nenhum questionamento ou debate. Seria enganoso dizer que existe uma quase unanimidade quanto a essas questões no Congresso, na mídia e na comunidade intelectual. Em termos mais exatos, as doutrinas básicas ficam fora do campo visual e fora do pensamento, assim como o ar que respiramos: fora da possibilidade de discussão.

A estrutura geral foi adaptada para regiões específicas. Assim, o Sudeste Asiático deveria "cumprir sua função primordial de fonte de matérias-primas e mercado para o Japão e a Europa Ocidental", nas palavras de George Kennan, da Diretoria de Planejamento Político do Departamento de Estado, em 1949.⁷⁸ Esse raciocínio levou diretamente à intervenção dos EUA na Indochina, a princípio apoiando o colonialismo francês e, mais tarde, isoladamente. Um Vietnã independente, ao que se temia, poderia espalhar o "vírus" do nacionalismo por todo o Sudeste Asiático, levando o Japão a se adaptar a um bloco comunista continental e, desse modo, a se transformar no coração industrial de uma "Nova Ordem" da qual os Estados Unidos talvez fossem excluídos; em grande medida, a Guerra do Pacífico fora travada para impedir esse desfecho. O Japão era visto como o "superdomínio", na oportuna expressão de John Dower, historiador da Ásia. Para superar a ameaça constituída pelo nacionalismo vietnamita, era necessário destruir o vírus e vacinar a região contra a doença. Esse resultado foi alcançado. A Indochina foi destruída com sucesso, enquanto os EUA apoiavam assassinos, torturadores e tiranos na Indonésia, na Tailândia, nas Filipinas e na Coreia do Sul, proporcionando o respaldo crucial, quando necessário, para as matanças em larga escala, enquanto a mídia e as pessoas respeitáveis, de um modo geral, assentiam com gestos de aprovação ou optavam por desviar os olhos.

Na América Latina, aplicaram-se princípios semelhantes, com razoável sucesso. Também essa região deveria cumprir sua função de fonte de matérias-primas e mercados. Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, os rivais tradicionais dos Estados Unidos na América Latina, a Grã-Bretanha e a França, foram essencialmente afastados, de acordo com o princípio de Henry Stimson de que a América Latina era "nossa regiãozinha de cá, que nunca incomodou ninguém".⁷⁹ Enquanto não se alcançava por completo a "estabilidade" do tipo conducente aos interesses da elite norte-americana, entretanto, a ameaça do desenvolvimento independente foi basicamente abortada — talvez para sempre, na região da América Central e do Caribe, onde a influência dos EUA era esmagadora.

A África deveria ser "explorada" para a reconstrução da Europa, como explicou Kennan num importante estudo do Departamento de Estado sobre a ordem internacional. Ele acrescentou que a oportunidade de explorar a África deveria proporcionar uma alavanca psicológica para as nações europeias, fornecendo-lhes "o objetivo tangível pelo qual todos vêm lutando com pouquíssimo sucesso (...)".⁸⁰ A história poderia ter sugerido um projeto diferente: que a África "explorasse" a Europa, assim lhe permitindo refazer-se dos séculos de devastação nas mãos dos conquistadores europeus e, quem sabe, também aprimorando seu estado psicológico nesse processo. É desnecessário dizer que nada dessa natureza era sequer remotamente pensável, e as propostas efetivas receberam pouca ou nenhuma atenção, sendo aparentemente encaradas como incontroversas.

Ao discutir a política referente à África, em particular, o fator do racismo não pode ser desconsiderado. Dean Acheson alertou o antigo primeiro-ministro do governo branco da Rodésia, em 1971, a tomar cuidado com o "público norte-americano", que "considera que a única decisão correta de qualquer questão deve ser aquela que favoreça o ponto de vista negro". Fazendo eco ao prêmio Nobel Elihu Root, ele insistiu em que a Rodésia não se "deixasse levar por nenhum de nossos clichês constitucionais — proteção igual perante a lei etc. — que tantos problemas nos têm causado (...)". Mostrou-se particularmente inco modado com o uso que a Suprema Corte havia feito de "vagos dispositivos constitucionais", que haviam "apressado a igualdade racial e invadido o campo político com a doutrina de um voto por cada homem", a qual deixou "os negros (...) impacientes por um progresso ainda mais rápido e levou às técnicas recém-popularizadas das passeatas e da violência." (setembro de 1968). O "manto de racismo (...) que [pairou] sobre" as questões africanas durante o governo Nixon, "e sobre as questões públicas mais fundamentais, externas e internas", foi discutido por Roger Morris, funcionário do Departamento de Estado, que examinou o pedido de Nixon a Kissinger de que este se certificasse de que, em sua primeira mensagem presidencial ao Congresso sobre a política externa, houvesse "alguma coisa para a negra" (o que suscitou "o 'Simi' respeitoso de praxe"); Morris discutiu também a descrença de Kissinger em que os ibos, "mas dotados e preparados" do que outros nigerianos, fossem também "mais negróides"; e o gesto de Alexander Haig de "fingir tocar tambores na mesa, em silêncio, quando se levantavam assuntos africanos nas reuniões do estado-maior do Conselho de Segurança Nacional".⁸¹

No Oriente Médio, a grande preocupação era (e continua a ser) com as incomparáveis reservas de energia da região, sobretudo na península da Arábia. Essas reservas deveriam ser incorporadas no sistema dominado pelos Estados Unidos. Tal como na América Latina, era preciso afastar os interesses franceses e britânicos tradicionais e estabelecer o controle norte-americano sobre o que o Departamento de Estado descrevia como "uma fonte estupenda de poderio estratégico e um dos maiores troféus materiais da história mundial, (...) provavelmente o mais rico troféu econômico do mundo, no campo dos investimentos externos". Depois disso, o presidente Eisenhower descreveu o Oriente Médio como "a área de [maior] importância estratégica do mundo".⁸²

Depois da guerra, as empresas norte-americanas conquistaram o papel principal na produção petrolífera do Oriente Médio, enquanto dominavam o hemisfério ocidental, que continuou a ser o principal produtor até 1968. Nessa época, os Estados Unidos não precisavam do petróleo do Oriente Médio para seu próprio consumo. O objetivo era, antes, dominar o sistema mundial, para garantir que outros não tomassem um rumo independente. Apesar do desprezo generalizado pelos japoneses e do menoscabo de suas perspectivas, houve quem anteviesse problemas até nessa região. Em 1949, George Kennan sugeriu que o controle norte-americano sobre as importações de petróleo japonês ajudaria a oferecer um "poder de veto" sobre a política militar e industrial do Japão. Essa recomendação foi seguida. O Japão foi ajudado a se industrializar, mas os EUA mantiveram o controle de seu abastecimento de energia e suas instalações de refino de petróleo. Ainda em 1973, "apenas 10% do abastecimento petrolífero do Japão eram supridos por companhias japonesas", observou Shigeko Fukai. Hoje em dia, a diversificação das fontes energéticas e as medidas de conservação do Japão reduziram consideravelmente o poder desse "veto", mas ele ainda é um fator que não deixa de ter certo peso.⁸³

Além disso, é ilusório afirmar simplesmente que os EUA procuraram manter o petróleo barato, embora, de modo geral, isso tenha sido verdade. Os preços do petróleo (em relação a outras mercadorias) declinaram a partir dos anos quarenta, até serem realinhados pela alta acentuada do início da década de 1970. Isso foi um grande benefício para as nações industrializadas do Ocidente, embora tenha sido extremamente prejudicial para os interesses do mundo árabe a longo prazo; e a redução do custo real do petróleo também foi de importância crucial para o veniz de prosperidade da era Reagan. Entretanto, o petróleo barato é um instru-

mento político, não um fim em si. Há boas razões para crer que, no início dos anos setenta, os EUA não foram nem um pouco avessos à elevação do preço do petróleo, que era lesiva para seus rivais industrializados, mas benéfica para suas empresas de energia e seus exportadores. O controle da energia é uma alavanca da dominação global; o preço real e os níveis de produção ganham importância dentro desse contexto, e os efeitos econômicos das flutuações não são uma questão direta.⁸⁴

O interesse estadunidense nas Filipinas deriva, em parte, de preocupações semelhantes. As bases norte-americanas ali existentes fazem parte do sistema militar que cerca a região do Oriente Médio, desde o oceano Índico até Israel, a Turquia, Portugal e regiões ainda mais distantes, e que se destina a garantir que não haja ameaças ao controle dos recursos regionais pelos Estados Unidos e pelas elites locais de confiança. Os Estados Unidos são uma potência global e elaboram seus planos em consonância com isso.

Os acontecimentos posteriores no Oriente Médio aderiram a esse padrão, incluindo-se entre eles o aprofundamento das relações com Israel como "trunfo estratégico" e Estado mercenário, a rejeição norte-americana, durante muitos anos, de um amplo consenso internacional em torno da resolução política do conflito árabe-israelense,⁸⁵ e a venda israelense de armas norte-americanas ao Irã, na década de 1980, a qual, como relataram altas fontes israelenses no início dos anos oitenta (muito antes de haver qualquer refém), foi realizada em coordenação com o governo dos EUA, a fim de estimular um golpe militar que restabelecesse a aliança Israel-Irã-Arábia Saudita em que se havia baseado a política norte-americana nos moldes da Doutrina Nixon — um dos muitos aspectos do caso Irã-Contras que foram abafados na operação de minimização do estrago desenvolvida pelo Congresso e pela mídia. Esse mesmo modelo de derrubada de governos civis indesejáveis foi adotado com sucesso na Indonésia, no Chile e noutros casos.⁸⁶

O grande imperativo político era bloquear as forças nacionalistas locais que pudessem tentar usar seus recursos num conflito com os interesses norte-americanos. Uma operação de contra-insurgência realizada em larga escala na Grécia, a partir de 1947, foi parcialmente motivada pela preocupação de que a "doença" do nacionalismo independente do país pudesse "infectar" o Oriente Médio, como advertiu Acheson. A Grécia era tida como um posto avançado do poderio norte-americano, protegendo o petróleo do Oriente Médio para os Estados Unidos e seus aliados. Um estudo da CIA sustentou que, se os rebeldes salissem vitoriosos,

os EUA enfrentariam "a possível perda dos recursos petrolíferos do Oriente Médio". Como de praxe, fabricou-se uma ameaça soviética. A verdadeira ameaça era o nacionalismo local, com seus temíveis efeitos de demonstração noutros lugares.

Fatores semelhantes levaram ao golpe da CIA que restabeleceu o poder do xá do Irã em 1953. Nasser transformou-se em inimigo por razões similares. Mais tarde, Khomeini foi percebido como outra dessas ameaças, o que levou os EUA a apoiarem o Iraque na Guerra do Golfo. Em seguida, o ditador iraquiano Saddam Hussein apossou-se do manto e, da noite para o dia, passou de amigo dileto a novo Hitler, ao invadir o Kuwait, num esforço de afastar os clientes dos EUA e da Grã-Bretanha. Ao longo de todo esse episódio, o temor primordial foi que forças nacionalistas não influenciadas nem controladas pelos Estados Unidos viessem a exercer uma influência substancial sobre as regiões produtoras de petróleo na península da Arábia. As elites saudí-arábias, em contraste, são consideradas parceiros apropriados, que administram seus recursos de conformidade com os interesses fundamentais dos EUA, além de auxiliarem o terrorismo e a subversão norte-americanos em todo o Terceiro Mundo.

Os analistas mais sérios posicionaram-se com bastante clareza acerca dessas questões, tanto no Congresso quanto na bibliografia da análise estratégica. Em maio de 1973, antes de eclodir a crise do petróleo, o eminente especialista em petróleo no Senado, senador Henry Jackson, enfatizou "a força e a orientação ocidental de Israel, no Mediterrâneo, e do Irã [governado pelo xá], no golfo Pérsico", dois "amigos de confiança dos Estados Unidos", os quais, ao lado da Arábia Saudita, "têm servido para inibir e conter os elementos radicais e irresponsáveis de algumas nações árabes (...), os quais, se lhes fosse dada essa liberdade, representariam uma ameaça realmente grave para nossas principais fontes de petróleo no golfo Pérsico" — fontes que os EUA mal utilizavam na época, mas que eram necessárias como reserva e como alavanca para a dominação mundial. A Doutrina Nixon havia estabelecido Israel e o Irã governado pelo xá como os "patrulheiros" da região, nas palavras do secretário de Defesa Melvin Laird, garantindo que nenhum "nacionalista radical" trouxesse perigo para a ordem. Reexaminando esse sistema em 1974, Robert Reppa, ex-analista do Oriente Médio para o Serviço de Informações da Defesa, escreveu que o poderio israelense protegeu os regimes da Jordânia e da Arábia Saudita contra "um Egito militarmente forte", na década de 1960, e que "a inter-relação israelense-iraniana" con-

tinuou a contribuir para a estabilidade da região, garantindo os interesses norte-americanos. Já no outono de 1958, o Conselho de Segurança Nacional havia concluído que um "corolário lógico" da oposição ao nacionalismo radical árabe "seria apoiar Israel como a única nação pró-ocidental forte que resta no Oriente Médio". Dez anos antes, os sucessos militares israelenses tinham levado os chefes do Estado-maior das Forças Armadas a descrever Israel como a grande potência militar regional, depois da Turquia, potência esta que dava aos EUA meios para "obter no Oriente Médio uma vantagem estratégica que contrabalançaria os efeitos do declínio do poder britânico na região". Quanto aos palestinos, os estrategistas norte-americanos não tinham nenhuma razão para duvidar da avaliação feita pelos especialistas do governo israelense, em 1948, no sentido de que os refugiados palestinos seriam assimilados em outras regiões ou "esmagados": "alguns morreriam e a maioria se transformaria em lixo humano e na escória da sociedade, indo juntar-se às classes mais empobrecidas dos países árabes." Por conseguinte, não havia razão para que alguém se incomodasse com eles.⁸⁷

Poucas questões, no âmbito dos assuntos mundiais, são tão importantes quanto o controle do sistema energético mundial — nem tão ameaçadoras à paz e até à sobrevivência do mundo. O "Axioma Número Um dos assuntos internacionais" continua a ser que qualquer esforço de mexer com o papel dominante dos Estados Unidos e de seus clientes deparará com uma resistência ferrenha. Enquanto isso foi possível, a "ameaça soviética" foi brandida como justificativa das ações norte-americanas destinadas a garantir a dominação do país sobre o petróleo do Oriente Médio. Esse pretexto nunca foi digno de crédito e, em 1990, teve que ser inteiramente abandonado, embora a política tenha continuado a ser basicamente a mesma de antes. Não se tirou a conclusão racional sobre o passado, mas, com o véu da propaganda em frangalhos, já não foi possível esconder por completo a realidade. Quando os EUA enviaram forças à Arábia Saudita, em agosto de 1990, depois da invasão iraquiana do Kuwait, Thomas Friedman, principal correspondente diplomático do *New York Times*, escreveu:

Tempos atrás, quando os Estados Unidos estavam em confronto com a União Soviética e competiam com Moscou pela influência no Oriente Médio, a aposta sobre que aliados controlariam quais reservas petrolíferas tinha uma dimensão militar e estratégica. Hoje, porém, com a União Soviética cooperando na crise, esse argumento perdeu muito de sua importância

— ou, mais exatamente, o argumento havia perdido sua capacidade de encobrir as realidades, as quais, portanto, para quebrar a monotonia, tiveram que ser enunciadas com franqueza: "Os Estados Unidos não estão enviando tropas ao golfo simplesmente para ajudar a Arábia Saudita a resistir à agressão. Estão enviando tropas para dar apoio ao país da OPEP com maior probabilidade de servir aos interesses de Washington." No *Washington Post*, E. J. Dionne observou haver "algo rigorosamente antiquado" nesse procedimento, citando Tom Mann, diretor de assuntos governamentais do Instituto Brookings, que disse: "O que estamos fazendo aqui é de um interesse egoísta escancarado. E, sob certos aspectos, a maneira de Bush lidar com esses países do Oriente Médio tem um caráter quase colonial." E todos se apressaram a acrescentar que não havia nenhuma insinuação de crítica nessas caracterizações.⁸⁸

Em suma, as maiores reservas energéticas mundiais tinham que estar nas mãos adequadas — as nossas —, com as quais se podia contar para que elas fossem utilizadas em benefício das pessoas certas: as "nações satisfeitas [de Churchill], que não desejavam para si nada além do que tinham".

Deixando de lado a retórica, o perigo percebido em toda parte, no Oriente Médio e noutras regiões, era o nacionalismo independente, descrito como um "vírus" capaz de "infectar" outros países, uma "maçã podre" capaz de contaminar a região e outras mais, um "dominó" capaz de derrubar os outros. A reportagem de capa era que os dominós caíam através da conquista: Ho Chi Minh zarparia para Jacarta numa canoa e conquistaria o arquipélago, trampolim para sua marcha em direção ao Havaí, se não mais longe; ou então, os russos usariam sua base em Granada para seu objetivo diabólico de conquista mundial, e assim por diante. Mais uma vez, não é preciso aceitarmos a conclusão de que uma espécie de loucura seja precondição da respeitabilidade e do poder. O pressuposto central da teoria dos dominós, precariamente ocultado, é que o vírus poderia espalhar-se através do efeito de demonstração de um desenvolvimento independente bem-sucedido. Às vezes, os inimigos realmente são os monstros retratados. Às vezes, saem-se bem melhor numa comparação com os "moderados" preferidos. Essas características são essencialmente irrelevantes; o que importa é que se ajustem às necessidades dos "ricos que vivem em paz em suas casas". Esse raciocínio sustentou-se durante todo o período do pós-guerra, inclusive nos esforços extraordinários de devastar a Nicarágua através do terrorismo e da guerra econômica, e até na recusa sádica a fornecer ajuda nas catástrofes naturais e na pressão sobre os ali-

dos para que agissem do mesmo modo. O consenso da elite nessas questões revela com que profundidade são sentidos esses imperativos e dá uma boa idéia dos valores morais e culturais do Ocidente.

A estrutura geral da ordem mundial deveria ser uma forma de internacionalismo liberal que garantisse as necessidades dos investidores norte-americanos. Diversos fatores combateram-se para exigir que o Terceiro Mundo se especializasse na exportação de produtos primários: as necessidades da recuperação industrial europeia e japonesa; os padrões triangulares de comércio que ajudavam a manter em alto nível as exportações norte-americanas, da maneira já mencionada; e o acesso rápido aos recursos, inclusive às matérias-primas para a produção militar, com seu papel central na gestão econômica e no controle populacional. O conflito entre a política norte-americana e o desenvolvimento independente do Terceiro Mundo enraizou-se a fundo na estrutura do sistema mundial. O recurso persistente à violência, para barrar as ameaças nacionalistas, foi um concomitante natural desses compromissos.⁸⁹

Embora a oposição por princípio ao nacionalismo independente do Terceiro Mundo seja enfaticamente explicitada nos documentos secretos do planejamento, além de ilustrada na prática com muita sistematicidade, ela não atende aos requisitos doutrinaários e, portanto, não se presta para entrar no discurso público. Seria difícil encontrar uma discussão desses aspectos centrais da ordem mundial contemporânea nas publicações populares ou intelectuais. Na esfera acadêmica da corrente central, os fatos cruciais são comumente ignorados, marginalizados ou peremptoriamente negados. Assim, no importante estudo de Caddis sobre a origem e a evolução da política do "refreamento", vemos que "todos os chefes do executivo no pós-guerra" acreditaram "que o nacionalismo, desde que reflectisse o princípio da autodeterminação, não representava uma ameaça às instituições norte-americanas" e, por isso mesmo, não suscitava uma reação hostil dos EUA — como ilustrado pelo "fato" de que, "com certeza, Kennedy não fez objeção à Revolução Cubana em si", mas apenas ao "perigo do controle soviético", e também por nossos esforços de "dissuadir a agressão" no Vietnã do Sul e em "defesa da Grécia" (em ambos os casos, uma defesa contra a "agressão interna", como explicou Adlai Stevenson na Organização das Nações Unidas em 1964). Tudo isso é apresentado sem nenhuma prova ou argumento (exceto pelo fato de figuras políticas e propagandistas dizerem que assim é) e com o despreocupado descaso pela realidade histórica, ou até pela documentação pertinente, que é típica desse gênero.⁹⁰

Como foi assinalado, a essência dessa política fica fora de questionamento, ou até da consciência. E essas doutrinas têm certas conseqüências. Uma delas é a notável correlação entre a ajuda norte-americana e o desrespeito aos direitos humanos, assinalada em diversos estudos. A razão não está em que os estrategistas políticos norte-americanos gostem da tortura. Trata-se, antes, de que ela é um fenômeno irrelevante. O que importa é impedir o desenvolvimento independente e as prioridades equivocadas. Para atingir esse fim, muitas vezes é (lamentavelmente) necessário assasinar padres, torturar líderes sindicais, fazer camponeses "desaparecerem" e intimidar de outras maneiras a população em geral. Portanto, os governos que têm as prioridades certas são levados a adotar essas medidas. Isto é que as prioridades certas estão associadas à ajuda norte-americana, deparamos com uma correlação secundária entre a ajuda dos EUA e as violações dos direitos humanos. E, uma vez que as conclusões não são atraentes em termos doutrinais, elas caem no esquecimento.

Uma segunda conseqüência é a oposição geral dos EUA às reformas sociais, a menos que se possa executá-las de conformidade com os preponderantes interesses norte-americanos. Embora, vez por outra, isso seja possível no Terceiro Mundo, tais circunstâncias são raras, e, mesmo naqueles casos em que uma reforma social seria possível, juntamente com a subordinação aos interesses dos EUA (a Costa Rica é um exemplo digno de nota), Washington reagiu com uma ambivalência considerável.⁹¹ Uma terceira conseqüência é a extrema hostilidade da elite à democracia. A razão é clara: uma democracia que funcione será receptiva aos apelos das massas da população e tenderá a sucumbir a um nacionalismo exagerado.

6. A próxima etapa

Como sugere a análise precedente, é plausível supor que a política norte-americana venha a ser "outra dose da mesma coisa" depois de terminada a Guerra Fria. Uma das razões é que esse evento crucial ainda não ocorreu de fato. Vista em termos realistas, a Guerra Fria teve (se tanto) um fim parcial. Seu aparente término é mais um constructo ideológico do que um fato histórico, baseando-se numa interpretação que mascara algumas de suas funções essenciais. Para os Estados Unidos, grande parte da estrutura básica da Guerra Fria permanece

intacta, à parte as modalidades de controle da população do país. Esse problema — um problema central com que se confronta qualquer Estado ou qualquer outro sistema de poder — persiste e terá que ser abordado de maneiras novas e mais imaginativas, à medida que a doutrina tradicional da Guerra Fria for perdendo sua eficácia.³²

Há também uma razão mais profunda pela qual a política norte-americana para com o Terceiro Mundo tenderá à seguir essencialmente o mesmo rumo que antes. No âmbito estreito, as ações políticas expressam necessidades institucionais. A política norte-americana tem sido coerente, durante um longo período, porque as instituições dominantes são estáveis, sujeitas a pouquíssimo questionamento interno, e — no passado — relativamente imunes às pressões externas, em virtude da riqueza e poder singulares dos Estados Unidos. A política e a ideologia são predominantemente delimitadas pelo consenso da comunidade empresarial. Nas questões cruciais, há um debate tático dentro da corrente tradicional, mas raramente surgem questões de princípio. As mudanças no sistema global são momentosas, de fato, mas exercem apenas um impacto limitado nas bases fundamentais da política norte-americana para com o Terceiro Mundo, embora modifiquem as condições em que essa política deve ser executada. Em particular, agora será preciso inventar novos pretextos, como foi ilustrado nos casos do Panamá e do golfo Pérsico. Mas é improvável que isso constitua um problema maior do que foi para Woodrow Wilson e seus predecessores, antes da revolução bolchevique.

Sejam quais forem os problemas suscitados pela necessidade de modificar a estrutura da propaganda e por outros ajustes táticos, há um ganho compensador. A eliminação da ameaça soviética liberta os Estados Unidos para o exercício da violência. O reconhecimento desses efeitos bem-vindos tem sido explícito no discurso público, desde os primeiros estágios da retirada soviética da arena internacional, e foi endossado por Elliott Abrams quando ele expressou seu prazer com a invasão do Panamá. Abrams observou que, "provavelmente, Bush estará cada vez mais disposto a usar a força". O uso da força é mais viável do que antes, explicou ele, agora que "os acontecimentos em Moscou reduziram a perspectiva de que uma pequena operação evolua para um conflito entre superpotências".³³ Similarmente, o teste da "Nova Conceição" de Gorbachov costuma ser entendido como sua disposição de retirar o apoio daqueles que os Estados Unidos almejam destruir; somente se ele nos deixar agir sem interferência, no que quer que

resolvamos fazer, é que saberemos se está falando sério a respeito de pôr fim à Guerra Fria.

As medidas dos russos contribuíram para desfazer parte da mistificação convencional. A história oficial sempre foi que estávamos contendo os russos, dissuadindo-os e frustrando seus propósitos malféicos. A realidade, porém, como se evidenciou há muito tempo, é que o medo de um conflito potencial entre as superpotências serviu, isso sim, para refrear e dissuadir os Estados Unidos, com seus propósitos globais muito mais ambiciosos. Comumente, a assustadora "intervenção soviética" no Terceiro Mundo consistiu em algumas medidas do Kremlin destinadas a proteger e apoiar os alvos dos ataques norte-americanos. Agora que os soviéticos estão restringindo esses esforços — talvez pondo fim a eles —, os EUA estão mais livres para ir em busca de seus objetivos pela força e pela violência, e as nuvens retóricas começam a se dissipar. Um dia, talvez seja possível usar a terminologia da doutrina da contenção de acordo com seu significado e com as realidades históricas.

Dois fatores novos nas relações entre os EUA e o Terceiro Mundo, portanto, são a necessidade de ajustes táticos e doutrinários e a maior liberdade do recurso impune à força, com o declínio do elemento de dissuasão soviético. Um terceiro fator é que a intervenção à força e as ditaduras militares não são tão necessárias quanto antes. Uma das razões disso foi o sucesso da violência na destruição das organizações populares. Outra é a catástrofe econômica numa grande parte do Terceiro Mundo (ver Capítulo 7). Nessas circunstâncias, torna-se possível tolerar governos civis, às vezes até social-democratas, agora que foram destruídas as esperanças de uma vida melhor.

Um outro fator é que os EUA estão mais fracos do que antes em relação a seus verdadeiros rivais, a Europa e o Japão. Essa tendência de longo prazo foi favorecida pela má administração econômica dos reaganistas, que ofereceram um banquete aos ricos à custa dos pobres e das futuras gerações, e que, nesse processo, prejudicaram seriamente a economia. Nesse aspecto, a capacidade de intervenção sofreu um declínio. Um fenômeno correlato é a crescente penetração de nossos rivais na América Latina, posto que eles não a reconhecem como "nossa regiãozinha de cá". O Japão, em particular, tem expandido seus investimentos e sua ajuda na região, sobretudo nos países mais ricos, o México e o Brasil. Um editorial do *Japan Economic Journal* observou: "Se os EUA vêm decaindo da posição de líderes da aliança ocidental para a de um 'país comum', o Japão precisa reconhecer esse fato e agir em consonância com ele." Os investimentos japoneses na América Latina e

no Caribe elevaram-se a mais da metade dos feitos pelos Estados Unidos — perto de 20% do total mundial do Japão. Os bancos japoneses também são credores de uns 10-15% da dívida latino-americana, em comparação com a terça parte dela que está em poder de bancos norte-americanos (a posição de credores da dívida é hoje um dos meios de financiar novos investimentos, tocando a dívida por bens produtivos).⁹⁴

Os Estados Unidos vêem esse processo com certa ambivalência. Por um lado, não querem que seus interesses sejam questionados; por outro, gostariam que algum terceiro arcasse com o custo das depreciações norte-americanas na região e ajudasse a manter a viabilidade dos setores trefis às "nações satísfeitas", além de promover pelo menos um desenvolvimento suficiente para servir de chamariz, barrando os indesejáveis movimentos populares em prol da independência, da democracia e da justiça social.

Um fator adicional é o projeto de latino-americanização do Leste Europeu. "A maioria das companhias norte-americanas vé a União Soviética e as nações de abertura recente na Europa Oriental como mercados potenciais para seus produtos, ou como fontes de mão-de-obra barata para a indústria", observou uma reportagem de primeira página no *New York Times*, acrescentando que elas ansiam até por uma nova versão da "drenagem cerebral" de praxe, na qual o ónus da formação dos profissionais recai sobre o Terceiro Mundo, enquanto os benefícios vão para as sociedades industrializadas. No caso atual, há uma "capacidade mental abundante e subutilizada" no "Bloco do Leste", que oferece "reservas intelectuais" não só extremamente baratas, mas também de alta qualidade, porque "seu sistema de ensino é ótimo", como observou um cientista sênior de uma grande empresa.⁹⁵

As metas são bastante claras, quando nos voltamos para a prática e a política, e até para sua capa ideológica. Consideremos, por exemplo, o "documento de Z", que causou grande rebuliço no começo de 1990, ao substituir as ruminaciones sobre "o fim da história" e o Espírito Hegeliano, que tinham estado em moda no ano anterior. Esse documento, que foi publicado na revista da Academia Americana de Artes e Ciências sob o pseudônimo de "Z", tendo tido alguns trechos previamente publicados no *New York Times*, fez recomendações ao Ocidente sobre a reação adequada à "crise terminal do comunismo".⁹⁶

Podemos deixar de lado a estrutura do texto, com sua ruminación sobre a "es-sência" imutável do sovietismo e suas muitas descobertas: que Stalin foi "o herói

da esquerda", enquanto "a corrente liberal-a-radical da sovietologia anglo-americana" considerou que o stalinismo tinha "um toque democrático"; que a intelectualidade entregou-se a "fantasias flagrantas (...) sobre o stalinismo democrático" e a uma "feichização pueril de Lenin" e da "transformação democrática" decorrente do leninismo, ao mesmo tempo que encanou Stalin como "uma aberração da linha central leninista do sovietismo" (Z não vê nenhuma incoerência nessas atribuições, embora seja sarcástico a respeito das "confusões conceituais" dos esquerdistas que dominam a intelectualidade acadêmica); que Lenin "produziu a primeira versão mundial do não-capitalismo"; que Lenin e Trotski viram outubro de 1917 como "a revolução suprema, a revolução para pôr fim à necessidade de qualquer outra revolução"; que "Brejnev interveio deliberadamente em todo o Terceiro Mundo" e que "a Rússia montou no mundo". Além de outras descobertas que talvez ajudem a explicar por que o autor preferiu o anonimato.⁹⁷

Despojado de tudo isso, o documento contém uma tese geral e uma recomendação política concomitante. A tese é que "não existe uma terceira alternativa entre o leninismo e o mercado, entre o bolchevismo e o governo constitucional". A recomendação é que a ajuda ocidental se limite ao "desenvolvimento paulatino de estruturas paralelas, num setor privado que funcione segundo os princípios de mercado (...)", com "zonas econômicas livres que operem nos termos das condições do Fundo Monetário Internacional", disseminando-se da periferia para o interior da URSS.

A tese tem uma pequena falha: sua primeira dicotomia exclui a existência das democracias industrializadas (para não falar da Coreia do Sul, de Formosa e dos outros "milagres econômicos"), todas as quais se distanciam claramente dos princípios de mercado; e sua segunda dicotomia também nega a existência da maior parte do mundo, que não é bolchevista nem constitucional. A recomendação, entretanto, é bastante direta: o império soviético deve ser convertido noutra região do Terceiro Mundo. O resto pode ser descartado como um esforço de dotar essa idéia básica de uma aura de seriedade (e atacar violentamente os inimigos acadêmicos odiados).

Há nos Estados Unidos uma grande preocupação com o fato de os rivais do país, particularmente a Europa liderada pelos alemães, estarem muito à frente na tarefa de converter o vasto "Bloco Oriental" num novo Terceiro Mundo, capaz de fornecer recursos, mercados, oportunidades de investimento e mão-de-obra barata, além de executar outras tarefas úteis. Alan Greenspan, o presidente do Fed-

ral Reserve, descreveu a "imensa necessidade de investimentos" e o "potencial de retornos significativos" no Leste Europeu como "a questão financeira mais importante da [próxima] década", sem "qualquer precedente histórico". Mas o relativo declínio do poder econômico norte-americano, durante os anos de Reagan, reduziu a capacidade de o país competir por essa presa esplêndida, e a dependência crescente de empréstimos externos deixa a economia vulnerável, enquanto as nações rivais voltam-se para as oportunidades de enriquecimento nas novas regiões que se estão tornando acessíveis à exploração. "Perdemos muito de nossa autoridade como líderes mundiais", disse James O'Leary, consultor econômico da U.S. Trust Company, fazendo eco aos sentimentos de muitos economistas de Wall Street: "Há dez ou quinze anos, não tínhamos que prestar muita atenção ao que acontecia noutros lugares. Agora, somos apenas um dos rapazes da turma."⁹⁸

Os liberal-democratas insistem em que a ajuda seja desviada da América Central para o Leste Europeu, a fim de promover a causa norte-americana na corrida pela exploração desses campos recentemente tornados acessíveis; o termo "ajuda" é o eufemismo que designa os métodos pelos quais o contribuinte norte-americano financia os esforços empresariais para facilitar a penetração no mercado e as oportunidades de investimento. O assunto é sério demais para ser disfarçado sob a capa usual das boas intenções. Assim, o senador democrata Patrick Leahy, citando um editorial do *New York Times* que pleiteava ajuda para as novas e promissoras "democracias" do Panamá e da Nicarágua, escreveu:

Os Estados Unidos pararam no portão de largada no Leste Europeu. Vocês soam quase consoladores em sua observação de que "a Europa Ocidental e o Japão já estão atendendo às necessidades do Leste Europeu". Podem apostar que estão — e esse é o problema. O vasto potencial de comércio e investimento do Leste Europeu está sendo rapidamente canalizado para nossos principais concorrentes comerciais. Ficamos discutindo como resolver dois fracassos da política externa na América Central, enquanto os mercados de 120 milhões de pessoas no Leste Europeu são abertos pelo Japão e pela Comunidade Europeia.⁹⁹

Em debates no Congresso, Leahy frisou que "a ajuda externa precisa fazer muito mais para fortalecer a competitividade econômica norte-americana no exterior". Ao contrário da oratória pública, a ajuda "não é uma entidade benéfica nem um programa de assistência internacional. (...) Adequadamente concebida, ela pode

significar um investimento em novos parceiros comerciais, mercados de exportação crescentes e mais empregos em nossas indústrias de exportação aqui no país", idéias norteadoras desde a época do Plano Marshall. Na situação atual, "nosso programa de assistência externa deve visar o fortalecimento do envolvimento econômico dos Estados Unidos nas democracias emergentes do Leste Europeu. Estamos sendo deixados para trás por empresas japonesas e da Europa Ocidental, que recebem apoio direto de seus governos", e nossa "iniciativa no Leste Europeu" deve "visar a fortalecer a capacidade do empresariado norte-americano de participar da abertura desse imenso novo mercado; ao entrarmos no século XXI". Nossos concorrentes são apoiados pelo governo, e tanto o Banco de Exportações e Importações quanto nosso programa assistencial devem "ajudar as empresas norte-americanas a competir com essas nações subsidiadas, que estão tirando de nós esses mercados na África, na Ásia e na América Latina". "A lei de ajuda exterior pode dar às empresas norte-americanas mais instrumentos para combater o financiamento predatório, a ajuda condicionada e os créditos mistos. (...) Para competir com o Japão e com os interesses da Europa Ocidental, temos que apoiar nossos interesses comerciais com a mesma eficiência dos países que estão competindo por esses mercados" — e cujo compromisso com o "livre mercado", na verdade, está em pé de igualdade com o nosso: ótimo para quem espera ganhar a dianteira na competição, mas não devendo ser levado a sério pelos outros.¹⁰⁰

Fatores como esses deverão moldar os novos métodos para dar continuidade à guerra contra o Terceiro Mundo, agora sob um disfarce diferente e com um elenco mais variado de atores concorrentes. As forças populares dos Estados Unidos e da Europa ergueram certas barreiras contra o terrorismo e ofereceram alguma ajuda aos que estavam marcados como alvos da repressão, porém, a menos que ampliem consideravelmente sua escala e seu compromisso, o futuro se afigura sombrio para as vítimas tradicionais.

Sombrio, mas não sem esperança. Com uma coragem e persistência assombrosas, os desvalidos da Terra continuam a lutar por seus direitos. E, no mundo industrializado, com a desintegração do bolchevismo e estando o capitalismo abandonado há muito tempo, existem perspectivas de um ressurgimento dos ideais libertários socialistas e democráticos radicais que se haviam debilitado, inclusive o controle popular do trabalho e das decisões de investimento e, correspondentemente, a criação de uma democracia política mais significativa, à medida que se reduzirem as restrições impostas pelo poder privado. Essas e outras possi-

bilidades emergentes ainda são remotas, porém não mais do que era, há 250 anos, a possibilidade da democracia parlamentarista e dos direitos elementares da cidadania. Ninguém sabe o bastante para prever o que a vontade humana é capaz de conseguir.

Estamos diante de uma espécie de aposta de Pascal: se presunirmos o pior, ele certamente virá; se nos comprometermos com a luta pela liberdade e pela justiça, sua causa poderá ser promovida.

Notas

1. Ver Capítulo 10, subtítulo 4, adiante.
2. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1950, vol. I, pp. 234-292, divulgado em 1975. Os memorandos do Conselho de Segurança Nacional (NSC) são os documentos do nível mais alto do planejamento governamental.
3. Assim, o Canadá foi excluído e os dados referentes à URSS serviram de metas para 1950, "acreditando-se que, em muitos casos, ultrapassam a produção efetivamente alcançada", ao passo que os números relativos à Europa eram "dados reais de 1948", que já tinham sido superados. Os dados dos EUA foram selecionados para refletir o declínio acumulado da produção industrial desde 1948. As cifras soviéticas representaram os limites do que era possível; o Ocidente, segundo se admitia, tinha uma vasta capacidade ociosa.
4. Ver Capítulo 8, subtítulo 7.
5. "Rethinking the Third World", *Washington Post Book World*, 23 de outubro de 1988, fazendo uma crítica desdenhosa de *Confronting the Third World*, de Gabriel Kolko (Pantheon, 1988), que, como alegou Schoenbaum, era filho por não propor políticas melhores e por omitir fatos que não corroborassem a tese do autor (forneceu-se um exemplar o de que "havia vidas norte-americanas em perigo" quando os EUA invadiram a República Dominicana — o que não seria uma justificativa para a agressão, se fosse verdade, e que foi desmentido há muito tempo).
6. Gaddis, *The Long Peace* (Oxford, 1987), p. 43. Ver *Necessary Illusions*, Apêndice II, para uma discussão adicional.
7. Citado por Michael Krenn, *US Policy toward Economic Nationalism in Latin America, 1917-1929* (Scholarly Resources, 1990), pp. 13s, 52 (grifo no original). Ver também David Schmitz, *The United States and Fascist Italy* (University of North Carolina, 1988), p. 10.
8. Stone, "Is the Cold War Really Over?", *Sunday Telegraph* (Londres), 27 de novembro de 1988.
9. Hertzberg, contribuição para um simpósio sobre "The 'End' of the Cold War? The Coming Challenge for Journalism", *Deadline*, Center for War, Peace, and the News Media, versão de 1989.

10. Patrick Tyler, *WPI Weekly*, 13 de agosto de 1990.
11. "The Bewildered American Raj: Reflections on a democracy's foreign policy", *Harper's*, março de 1985.
12. Paul M. Katzenburg, *The Vietnam Trauma in American Foreign Policy, 1945-75* (Transaction Books, 1982), pp. 69ss.
13. R. W. Apple, *NYT*, 5 de novembro de 1989; Reston, *NYT*, 24 de novembro de 1967. A propósito de Reston (e da opinião da elite em geral) com respeito aos massacres na Indonésia, ver meu artigo em *Z Magazine*, setembro de 1990. Para outras amostras do comentário feito por ele, ver meus livros *Towards a New Cold War* e *Turning the Tide*.
14. *Report of the National Bipartisan Commission on Central America*, de Henry Kissinger (presidente da comissão), 10 de janeiro de 1984; Laqueur e Krauthammer, *New Republic*, 31 de março de 1982; Huntington, *Political Science Quarterly*, primavera de 1982 (ver *Turning the Tide*, pp. 153s, 161, para uma resenha do interessante raciocínio que leva a essa conclusão); Krauthammer, *New Republic*, 17 de fevereiro de 1986. [Com ironia, Chomsky emprega nesse ponto o termo *commissar*, que designa especificamente o membro do Partido Comunista encarregado da doutrinação e da manutenção da fidelidade ao partido, ou o chefe de um comissariado na União Soviética até 1946, e que, em termos mais gerais, denota a pessoa ou pessoas que procuram controlar a opinião pública. (N. da T.)]
15. Morgenthau, *The Purpose of American Politics* (Vintage, 1964). Ver *Towards a New Cold War* para maiores discussões desse e de outros exemplos similares, extraídos dos anais acadêmicos, dos comentários intelectuais e do jornalismo; e ver as referências da introdução quanto a muitos outros.
16. Para alguns outros comentários, ver *Necessary Illusions*, particularmente o Apêndice II, seção 2, e o Apêndice V, seção 8.
17. Para um exemplo dessa falácia, ver Fred Halliday, "The Ends of Cold War", *New Left Review*, 180/190. O trabalho de Halliday sobre esse tema, apesar de amável valioso, peca pela incapacidade persistente de compreender as concepções alternativas e por curiosos erros de raciocínio, como nesse caso. Ver, por exemplo, seu *Making of the Second Cold War* (Verso, 1983), p. 27, onde ele interpreta minha observação de que "os verdadeiros rivais" dos Estados Unidos são o Japão e a Europa, e não a URSS (o que era óbvio na época e hoje constitui o mais simples truismo), como implicando que o conflito com a URSS foi "apenas um pretexto usado pelos EUA para travar um conflito" com a CEE e Japão — o que não implica, é claro.
18. Sobre o papel crucial do Departamento de Defesa na indústria de computadores, ver Kenneth Flamm, *Targeting the Computer* (Brookings, 1987).
19. Os historiadores econômicos comumente reconhecem que a intervenção do Estado é um traço crucial do "desenvolvimento tardio", mas essa conclusão se aplica, de modo geral, às sociedades industrializadas bem-sucedidas, inclusive a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. Uma exposição clássica do papel do Estado no "desenvolvimento atrasado" da Europa continental é Alexander Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical*

- Perpective* (Harvard, 1962). Quanto ao Japão, um livro padrão sobre o período do pós-guerra é Chalmers Johnson, *MITI and the Japanese Miracle* (Stanford, 1982). Quanto à Coreia, ver o importante estudo de Alice Amsden, *Asias Next Giant: South Korea and Late Industrialization* (Oxford University Press, 1989); e, para uma visão geral, Amsden, "East Asia's Challenge — to Standard Economics", *American Prospect*, verão de 1990. Há também vários artigos em "Showa: the Japan of Hirohito", *Daidoku*, verão de 1990, especialmente os de John Dower e Chalmers Johnson. Sobre as ilustres acerta dos efeitos da abertura da economia e do papel do Estado, comparando a América Latina e a Ásia nas últimas décadas, ver Tariq Banuri (org.), *No Paradise: the Limits of Economic Liberalization* (Oxford University Press, a ser lançado) (ver Capítulo 7, subítulo 7). Quanto ao papel crucial do desenvolvimento econômico conduzido pelo Estado e dos gastos sociais com a famosa "exceção coreana", ver Anthony Winson, *Coffee & Modern Costa Rican Democracy* (St. Martin's Press, 1989). Para uma discussão mais geral, inclusive do "desenvolvimento precoce", ver Frederick Clairmonte, *Economic Liberalism and Underdevelopment* (Asia Publishing House, Londres-Bombaim, 1960). Para uma perspicaz exposição inicial do desvio generalizado para sistemas de capitalismo de Estado de estilo fascista, durante a década de 1930, adaptados a fatores culturais e institucionais específicos, ver Robert Brady, *Business as a System of Power* (Columbia, 1943). Ver também o estudo, clássico de Karl Polanyi sobre o abandono do *laissez-faire*, *The Great Transformation* (Beacon Press, 1957).
20. Ver *Necessary Illusion*, pp. 29s e Apêndice II, seção 2, para uma pequena discussão e referências, bem como o Capítulo 12, adiante. Ver Crozier, Huntington e Watanuki, *The Crisis of Democracy*.
21. *Strategies of Containment* (Oxford University Press, 1982), pp. 356-357. Citação de Kennan extraída do discurso no National War College, idem, p. 40.
22. Frank Costigliola, in Thomas Patterson (org.), *Kennedy's Quest for Victory* (Oxford University Press, 1989).
23. Para discussões, ver *Turning the Tide*, Capítulo 4; *On Power and Ideology*, Palestra 4; Schwartz e Debar, *Nuclear Seduction*. A propósito do Oriente Médio, em particular, ver *Towards a New Cold War*, *Fateful Triangle e Necessary Illusion*. Os comentários sobre a verificação foram extraídos de Raymond L. Garthoff, "Estimating Soviet Military Force Levels", *International Security* 14:4, primavera de 1990. Garthoff sugere que o "principal problema da verificação" na "nova era" poderá não vir da URSS, "mas de nossa própria reticência e da de alguns de nossos aliados".
24. James P. Warburg, *Germany: Key to Peace* (Harvard, 1953), pp. 188ss.
25. Garthoff, Kaplan, BG, 29 de novembro de 1989.
26. Ver referências na nota 23 e *Towards a New Cold War*, introdução e cap. 7. As armas estratégicas durante a década de 1970 foram discutidas em Raymond L. Garthoff, *Détente and Confrontation* (Brookings Institution, 1985), p. 793. Sobre o isolamento dos EUA na Organização das Nações Unidas, em relação ao desarmamento e outros temas, e sobre o tratamento dado a essas questões pela mídia (isto é, a eração), ver *Necessary Illusion*, pp. 82ss e Capítulo 3, subítulo 4, adiante.

27. William Vandell Elliot (org.), *The Political Economy of American Foreign Policy* (Holt, Rinehart & Winston, 1955), p. 42. Para uma discussão mais aprofundada desse estudo importante e geralmente desconhecido, ver meu livro *At War with Asia* (Pantheon, 1970), Introdução.
28. Ver p. 18, *supra*.
29. Para uma avaliação crítica, ver Schwartz e Debar, *Nuclear Detention*.
30. Ver *On Power and Ideology*, p. 105. A proposta específica de Nitzze era de um sistema de defesa civil, o que reduziria a preocupação com a realiação soviética. Como isso era completamente inviável, a única alternativa eram os armamentos mais letais. O argumento "estratégico" a favor da SDI [Iniciativa de Defesa Estratégica] foi similar.
31. Michael Gordon, *NYT*, 31 de janeiro; *National Security Strategy of the United States*, Casa Branca, março de 1990. Sobre o ataque à Libia e seu encobrimento pela mídia, ver *Princes and Emperors*, cap. 3; *Necessary Illusion*, pp. 272-273; William Schaap, *Covert Action Information Bulletin*, verão de 1988. Observe-se que a questão em exame é como a mídia lidou com as informações disponíveis, no contexto das demandas do Estado, e portanto mostrou-se independente de quaisquer que fossem os fatos, se é que algum dia eles vieram a ser estabelecidos com credibilidade. Para antecedentes importantes, ver Stephen Shalom, *Z Magazine*, abril, junho de 1990.
32. Depoimento de Robert Komner ao Comitê das Forças Armadas do Senado, citado por Melvyn Leffler, "From the Truman Doctrine to the Carter Doctrine", *Diplomatic History*, vol. 7, 1983, pp. 245s. Para maiores discussões, ver *Towards a New Cold War e Fateful Triangle*.
33. AP, 3 de abril; Michael Klare, "The U.S. Military Faces South", *Nation*, 18 de junho de 1990.
34. Gray, *Marine Corps Gazette*, maio de 1990.
35. Immerman, "Confessions of an Eisenhower Revisionist", *Diplomatic History*, verão de 1990.
36. Stephen Van Evera, *American Menchby*, julho de 1990; também *CSA Policy Report* no. 3, Institute for Peace and International Security, Cambridge, Mass., junho de 1990.
37. Ver Teodor Shanin, *Russia as a Developing Society* (Yale, 1985), vol. 1, pp. 103s, 123s, 134s, 187s. A citação veio de D. Mirsky, *Russia, A Social History* (Londres, 1952), pp. 269, mencionado por Shanin.
38. *National Interest*, outono de 1989.
39. Ver *Turning the Tide*, p. 198 e as fontes citadas.
40. Richard Drinnon, *Facing West: the Metaphysics of Indian-bearing and Empire Building* (University of Minnesota, 1980), pp. 58, 96s; Cartas de Jefferson de 1812 e 1813; John Adams, 1812.
41. Adams, despacho para o embaixador Erving, 1818; William Earl Weeks, "John Quincy Adams' 'Great Gun' and the Rhetoric of American Empire", *Diplomatic History*, primavera de 1990.
42. Idem; Drinnon, p. 109s.
43. Weeks, Drinnon, Acheson, ver Capítulo 3, adiante.
44. Reginald Horsman, *Race and Manifest Destiny* (Harvard, 1981), pp. 279, 235, 210-211. Darwin, *Descent of Man* (Princeton, 1981), Parte I, p. 179; agradeço a Jan Koster por essa referência.

45. Para referências e discussão, ver *Turning the Tide*, pp. 59, 61, 146s.
46. Citado em Ruth Leacock, *Regime for Revolution* (Kent State University Press, 1990), p. 33.
47. Ver Capítulos 4 e 5 para maior discussão.
48. Citado por Schmitz, *United States and Fascist Italy*, p. 40. Gaddis, ver nota 6.
49. Schmitz, p. 14, 36, 44, 52, citando o inquérito do coronel House com recomendações ao presidente Wilson sobre as negociações de Versalhes; Gordon Auchincloss, do Departamento de Estado, diários de guerra; embaixador Richard Washburn Child, da embaixada para Washington, 1921.
50. Ver Schmitz, Capítulos 3 e 4, para maiores detalhes.
51. Filippelli, *American Labor and Postwar Italy, 1943-1953* (Stanford, 1989), p. 15.
52. Schmitz, pp. 67s.
53. Idem, pp. 77s. Kollogg, *Krenn, U.S. Policy toward Economic Nationalism*, pp. 53-54. Sobre a reação geral favorável ao fascismo de Mussolini nos Estados Unidos, ver John Diggins, *Mussolini and Fascism* (Princeton, 1972).
54. Krenn, p. 53.
55. Schmitz, cap. 6.
56. Idem, cap. 7. Sobre a Espanha, ver meu *American Power and the New Mandarins* (Pantheon, 1969), cap. 1; as partes pertinentes aqui foram reproduzidas em James Beck (org.), *The Chomsky Reader* (Pantheon, 1987).
57. Schmitz, pp. 133, 140, 174 e cap. 9. Sobre o Japão, ver meu *American Power and the New Mandarins*, cap. 2.
58. Schmitz, Epílogo. Ver uma discussão mais extensa no Capítulo 11, adiante. Para uma crítica do projeto, ver *Turning the Tide*, cap. 4, subcapítulo 4.4, e as fontes citadas, particularmente o trabalho inovador de Gabriel e Joyce Kolko.
59. Schmitz, pp. 60-61.
60. Krenn, pp. 40, 51s.
61. Idem, p. 44. Ver também Walter LaFeber, *Inevitable Revolutions* (Norton, 1983).
62. Krenn, *U.S. Policy*, pp. 58s, 106-107. Acherson, ver p. 74 *supra*.
63. Krenn, p. 62. Dulles, citado por Stephen G. Rabbe, *Eisenhower and Latin America* (University of North Carolina, 1988), p. 33. Woodward, ver *Necessary Illusions*, Apêndice V, seção 1.
64. Krenn, cap. 6.
65. Para maiores detalhes e para referências, nos pontos em que elas não tiverem sido especificamente citadas, ver as fontes mencionadas na Introdução. Ver também Gabriel Kolko, *Confronting the Third World* (ver nota 5).
61. Na linguagem coloquial da política norte-americana, os "pombos" são os adeptos de uma política externa de negociação, que evite ou reduza as hostilidades francesas, enquanto os "fal-cões" pregam uma política externa agressiva e belicosa. (N. da T)
66. Ver Capítulo 11, adiante.
67. Tondelson, *NYT*, 13 de abril de 1986, criticando meu livro *Turning the Tide*, no qual encontrou um "problema teórico" em minha descrição da política externa norte-americana, em

- vista desse precioso esforço dos EUA. Para uma argumentação similarmente falaciosa, ver o historiador da economia Charles Kindleberger, que cita o Japão como um "contra-exemplo difícil" da teoria de que a política externa estadunidense seria motivada por interesses egoístas, sob a alegação de que o Japão não é "um joguete dos Estados Unidos"; pela mesma lógica, seria possível provar que a China e a Romênia invalidam a teoria de que a política soviética era motivada por interesses próprios. Esse argumento só é válido quando se acrescenta o pressuposto de que os EUA e a URSS são onipotentes. Na vida real, eles foram motivados por interesses egoístas, mas enfrentaram limitações de seu poder. Kindleberger, *Public Policy*, versão de 1971. Para maiores discussões, ver meu livro *For Reasons of State* (Pantheon, 1973), pp. 45-46. Draper, citado por Michael Schaller, *American Occupation of Japan* (Oxford University Press, 1985), p. 127. Reston, ver *supra*, p. 33.
68. Hogan, *The Marshall Plan* (Cambridge University Press, 1987), pp. 42-43, 45, citando um memorando de William Clayton datado de maio de 1947: pp. 91-92.
 69. Schmitz, *United States and Fascist Italy*, pp. 37s.
 70. Leflie, "The United States and the Strategic Dimensions of the Marshall Plan", *Diplomatic History*, versão de 1988; McCormick, "Every System Needs a Center Sometimes", in Lloyd Gardner (org.), *Redefining the Past: Essays in Diplomatic History in Honor of William Appleman Williams* (Oregon State, 1986). Voltaremos a esses assuntos no Capítulo 11.
 71. Citado por Bruce Cumings, "Tower and Plenty in Northeast Asia", *World Policy Journal*, inverno de 1987-1988.
 72. Borden, *The Pacific Alliance* (Wisconsin, 1984), pp. 27, 12, 245; Hogan, pp. 337, 393.
 73. Para referências, ver LaFeber, Kolko e *Turning the Tide*.
 74. Ver *On Power and Ideology*, pp. 19-23, para alguns exemplos particularmente claros, extraídos do memorando NSC 5432, "U.S. Policy Toward Latin America", 18 de agosto de 1954, imediatamente posterior à exitosa destruição da democracia guatemalteca. Esses princípios foram reiterados noutros textos, amide numa reprodução literal (p.ex., NSC 5613/1, de 25 de setembro de 1956).
 75. Editorial do *NYT*, 6 de agosto de 1954. Sobre a cobertura do "caso" iraniano pela mídia e suas consequências, ver *Necessary Illusions*, Apêndice V, seção 3, além das fontes citadas.
 76. Schoultz, *Human Rights and United States Policy toward Latin America* (Princeton, 1981), p. 7.
 77. CIA, Office of Current Intelligence, "The Role of Public Opinion in Latin American Political Stability", 13 de maio de 1965, OCIN No 1803/65. Quanto ao apoio dado a Somoza e à Guarda Nacional no governo Carter, ver Capítulo 10, adiante. Para maiores detalhes sobre o "baixo nível de intelectualização" da Guatemala, ver o Capítulo 12, pp. 485-486, e o Capítulo 8, pp. 327s.
 78. Aa que reuniu o PPS 51, de abril de 1949, citada por Michael Schaller, "Securing the Great Crescent: Occupied Japan and the Origins of Containment in Southeast Asia", *Journal of American History*, setembro de 1982. Ver também Schaller, *American Occupation of Japan*, p. 160. Sobre o planejamento para o Sudeste Asiático, ver também *For Reasons of State*, pp.

- 31ss., e diversos ensaios in Chomsky e Howard Zinn (orgs.), *Critical Essays, The Pentagon Papers*, Senator Gravel Edition, vol. 5 (Beacon, 1972), sobretudo os ensaios de John Dover e Richard Du Boif. Ver também Capítulo 11, subítulo 3, adiante.
79. Stimson, em maio de 1945, explicando por que todos os sistemas regionais deveriam ser desmantelados, a bem do internacionalismo liberal, com exceção do nosso, que deveria ampliar-se. Ver *Turning the Tide*, pp. 63s. Ver *On Power and Ideology*, pp. 21s, quanto aos planos para anular a influência de nossos inimigos europeus tradicionais sobre os militares.
80. PPS 23, 24 de fevereiro de 1948; ver *FRUS*, vol. I, 1948, p. 511.
81. Douglas Brinkley e G. E. Thomas, "Dean Acheson's Opposition to African Liberation", *Transafrika Forum* (verão de 1988); Morris, "Unertain Grantees" (Harper & Row, 1977).
82. Referência específica ao petróleo da Arábia Saudita. Para referências bibliográficas e discussão adicional, ver *Towards a New Cold War*. Ver também Aaron David Miller, *Search for Security* (University of North Carolina, 1980); Irvine Anderson, *Arms, the United States and Saudi Arabia* (Princeton, 1981); Michael Skoff, *Oil, War and American Security* (Yale, 1980); David Painter, *Oil and the American Century* (Johns Hopkins University, 1986). Eisenhower, citado in Steven Spiegel, *The Other Arab-Israeli Conflict* (University of Chicago, 1985), p. 51.
83. Cummings; Fukui, "Japan's Energy Policy", *Current History*, abril de 1988. Ver também *Towards a New Cold War*, pp. 97-98.
84. Ver *Towards a New Cold War*, cap. 11.
85. Sobre a diplomacia do conflito árabe-israelense, tal como se desenvolveu no período pós-1967, ver *Towards a New Cold War e Fateful Triangle*, e, sobre a fase atual dos esforços norte-americanos para impedir um acordo abrangente, ver *Necessary Illusions* e meu artigo em *Z Magazine*, janeiro de 1990.
86. Para maiores detalhes, ver *Fateful Triangle*, pp. 457ss. *Culture of Terrorism*, cap. 8. Ver também John Marshall, Peter Dale Scott e Jane Hunter, *The Iran Contra Connection* (South End, 1987), caps. 7 e 8; Samuel Segev, *The Iranian Triangle* (Free Press, 1988).
87. Avi Shlaim, *Collusion Across the Jordan* (Columbia, 1988), p. 388, parafraçando os documentos de 1948 do Estado-maior das Forças Armadas; p. 491, citando os arquivos estatais israelenses. Para referências e maiores detalhes, ver *Towards a New Cold War* (cap. 7) e *Fateful Triangle* (cap. 2).
88. Friedman, "U.S. Gulf Policy: Vague 'Vital Interests'", *NYT*, 12 de agosto; Dionne, "Drawing Lessons From History", *WP Weekly*, 13 de agosto de 1990. Sobre a invasão iraquiana do Kuwait, ver Capítulo 6, adiante.
89. Para um exame informativo desses temas, ver Borden, *Pacific Alliance*.
90. Gaddis, *Strategies of Containment*, pp. 201, 231, 240, 286.
91. Ver *Necessary Illusions*, pp. 111s e Apêndice V, seção 1, para uma discussão dos documentos liberados do século e de outros materiais pertinentes.
92. Ver maiores discussões no Capítulo 4, adiante.
93. Stephen Kurkjian e Adam Pertman, *BG*, 5 de janeiro de 1990; esta última citação é uma paráfrase do repórter. Ver no Capítulo 3, mais adiante, uma expressão anterior dessa mesma percepção, e ver no Capítulo 5 o contexto referente ao Panamá.
94. Doug Henwood, *Left Business Observer*, 15 de maio de 1989.
95. John Holusha, "Business Taps the East Bloc's Intellectual Reserves", *NYT*, 20 de fevereiro de 1990.
96. *Dandelius*, inverno de 1990; *NYT*, 4 de janeiro de 1990.
97. O autor foi posteriormente identificado como sendo o professor Martin Malia, da Universidade da Califórnia, que alegou ter havido necessidade do anonimato para proteger seus amigos em Moscou (*NYT*, 31 de agosto de 1990).
98. David Francis, "US Edgy as Money Flows to Europe", *CSM*, 26 de fevereiro de 1990.
99. Carta, *NYT*, 10 de abril de 1990.
100. Senador Patrick Leahy, "New Directions in U.S. Foreign Aid Policy", *Congressional Record*, S 7672, 11 de junho de 1990.